

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para Contratação, sob demanda, de empresa especializada na Prestação de Serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde, composta por profissionais de diversas especialidades, destinados ao atendimento da população do Município de Tarauacá/C, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 29.842.954,90

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/04/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por LOTE

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DOS RECURSOS	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

PREFEITURA MUNICIPL DE TARAUACÁ

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90008/2026
(Processo Administrativo nº 1.635/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO para Contratação, sob demanda, de empresa especializada na Prestação de Serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde, composta por profissionais de diversas especialidades, destinados ao atendimento da população do Município de Tarauacá/C, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *No Lote Único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 8.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante,

entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

TX = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

10.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico– financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

10.10. Do Reajuste de Preços

10.10.1 Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

10.10.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, utilizando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

10.10.3 O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I_1}{I_0} - 1 \right)$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual vigente;

I_1 = índice IPCA referente ao mês do reajuste;

I_0 = índice IPCA referente ao mês base (data do orçamento estimado).

10.11. O reajuste será aplicado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de

validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado,

a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](https://portal.tce-ac.org).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 06 de abril de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Página 1 de 61

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços, para contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar, destinada ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

1.2. A solução compreende a execução de procedimentos assistenciais e atendimentos especializados por profissionais de saúde, bem como a mobilização técnica de equipes para atuação em unidades de saúde e em ações itinerantes, especialmente em localidades rurais, ribeirinhas e de difícil acesso.

1.3. A contratação será estruturada em dois grupos de serviços, assim definidos:

- a) Grupo 01 – Serviços Assistenciais Especializados
Compreende a realização de consultas, avaliações e procedimentos especializados por profissionais da equipe multidisciplinar, mediante produção assistencial devidamente registrada e comprovada.
- b) Grupo 02 – Mobilização Técnica de Equipes
Compreende a remuneração do tempo técnico de mobilização e deslocamento das equipes profissionais para execução das ações assistenciais, especialmente em atividades itinerantes ou em localidades com limitações logísticas.

1.4. Esclarece-se que os itens do Grupo 02 não correspondem à locação de meios de transporte ou despesas logísticas, mas sim à remuneração das horas técnicas não produtivas necessárias à mobilização dos profissionais para execução da missão assistencial, observadas as condições operacionais do território municipal.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços assistenciais especializados em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar qualificada, destinada à execução de atendimentos clínicos, procedimentos assistenciais, atividades

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 2 de 61

preventivas, ações educativas e serviços de apoio operacional no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC.

2.2. A execução dos serviços compreenderá a realização de atendimentos e procedimentos por profissionais da área da saúde devidamente habilitados, incluindo consultas médicas, atendimentos de enfermagem, procedimentos odontológicos, atividades de imunização, visitas domiciliares, ações de educação em saúde, apoio farmacêutico e demais atividades assistenciais previstas na planilha de serviços.

2.3. Os serviços poderão ser executados tanto nas unidades fixas da rede municipal de saúde quanto em ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente em localidades rurais, ribeirinhas ou de difícil acesso, conforme programação definida pela Administração.

2.4. A execução contratual será estruturada em dois grupos de serviços distintos, conforme a natureza das entregas e o modelo de medição adotado:

I – Grupo 01 – Procedimentos Assistenciais

Compreende os serviços diretamente relacionados à produção assistencial realizada pelos profissionais da equipe multidisciplinar, incluindo consultas, procedimentos clínicos, atendimentos odontológicos, atividades preventivas, visitas domiciliares, ações educativas e demais intervenções assistenciais previstas na planilha de serviços.

II – Grupo 02 – Mobilização Técnica das Equipes

Compreende a estimativa de horas técnicas destinadas à mobilização e deslocamento operacional das equipes profissionais para execução das ações assistenciais, especialmente nas atividades itinerantes desenvolvidas em comunidades rurais e ribeirinhas.

2.5. Esclarece-se que as horas técnicas de mobilização previstas no Grupo 02 não se referem a despesas logísticas relacionadas a transporte, locação de embarcações, fornecimento de combustível ou quaisquer custos operacionais dessa natureza, destinando-se exclusivamente à remuneração do tempo técnico em que os profissionais permanecem vinculados à execução contratual sem produção direta de procedimentos, em razão da necessidade de deslocamento operacional e organização das ações assistenciais.

2.6. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela unidade administrativa competente, na qual constarão, no

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 3 de 61

mínimo, o local de execução, a data da atividade, os profissionais requisitados, os procedimentos a serem realizados e demais informações necessárias à adequada prestação dos serviços.

2.7. Considerando que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, a efetiva execução dos serviços dependerá da necessidade da Administração durante a vigência da Ata, não havendo obrigação de solicitação de quantitativo mínimo, devendo a contratada manter capacidade operacional compatível com as demandas ordinárias e extraordinárias da rede municipal de saúde.

2.8. Os quantitativos estimados foram definidos com base em critérios técnicos associados à organização da rede municipal de saúde, à capacidade operacional mínima necessária para execução das atividades assistenciais e às particularidades territoriais do Município de Tarauacá/AC, especialmente no que se refere à necessidade de realização de ações itinerantes em comunidades rurais e ribeirinhas.

2.9. Os quantitativos estimados da contratação encontram-se discriminados na tabela a seguir, organizada por grupos de serviços, profissionais envolvidos, unidades de medida e estimativa anual de execução, constituindo referência para fins de planejamento da contratação, estimativa de custos e definição da capacidade operacional necessária à prestação dos serviços.

LOTE ÚNICO					
GRUPO 01 - PROCEDIMENTOS					
Item	Profissional	Unidade/Procedimento	Unid. Medida	Qtd. Mínima Est. Contratação	Qtd Estimada Anual
1	Auxiliar Administrativo	Apoio operacional administrativo – 5h trabalhadas – diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
2	Auxiliar Administrativo	Apoio operacional administrativo – 5h trabalhadas – noturno.	Turno	876	4.380
3	Técnico de Enfermagem	Acompanhamento pacientes hemodíalise (Tarauacá/CZS/Tarauacá) ida e volta	UND	29	144
4	Técnico de Enfermagem	Imunização - Vacina	UND	1.280	6.400
5	Técnico de Enfermagem	Visita domiciliar clínica	UND	1.752	8.760
6	Técnico de Enfermagem	Curativo simples	UND	584	2.920
7	Técnico de Enfermagem	Pré consulta - verificar sinais vitais e antropometria	UND	4.800	24.000
8	Enfermeiro(a)	Administração de medicamentos parenteral (injeções: intravenosa,	UND	3.504	17.520

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 4 de 61

		intramuscular, subcutânea), sublingual (debaixo da língua), inalatória (pulmões)			
9	Enfermeiro(a)	Consulta de enfermagem	UND	2.803	14.016
10	Enfermeiro(a)	Preventivo do Câncer do Colo do Útero - PCCU	UND	1.402	7.008
11	Enfermeiro(a)	Teste rápido	UND	2.203	11.016
12	Enfermeiro(a)	Realização do exame de eletrocardiograma	UND	1.402	7.008
13	Enfermeiro(a)	Pré-natal	UND	1.402	7.008
14	Enfermeiro(a)	Puericultura	UND	701	3.504
15	Enfermeiro(a)	Retirada de ponto	UND	160	800
16	Enfermeiro(a)	Curativo especial	UND	576	2.880
17	Enfermeiro(a)	Visita domiciliar clínica	UND	1.752	8.760
18	Enfermeiro(a)	Palestra Educacional em saúde coletiva	UND	467	2.336
19	Enfermeiro(a)	Acompanhamento pacientes hemodíalise (Tarauacá-CZS)	UND	29	144
20	Médico Generalista	Consulta médica ambulatorial	UND	4.800	24.000
21	Cirurgião-Dentista	Consulta odontológica inicial/programática/retorno	UND	1.207	6.034
22	Cirurgião-Dentista	Aplicação tópica de flúor (por paciente/sessão)	UND	603	3.017
23	Cirurgião-Dentista	Evidenciação de placa bacteriana (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
24	Cirurgião-Dentista	Orientação de higiene bucal (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
25	Cirurgião-Dentista	Selamento provisório de cavidade dentária (por dente)	UND	302	1.509
26	Cirurgião-Dentista	Raspagem, alisamento e polimento supra gengival (por sextante)	UND	302	1.509
27	Cirurgião-Dentista	Raspagem, alisamento e polimento sub gengival (por sextante)	UND	302	1.509
28	Cirurgião-Dentista	Profilaxia / limpeza coronária (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
29	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (1 face) (por dente)	UND	302	1.509
30	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (2 faces) (por dente)	UND	423	2.115
31	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (3 ou mais faces) (por dente)	UND	302	1.509
32	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (1 face) (por dente)	UND	302	1.509
33	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (2 faces) (por dente)	UND	151	754
34	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (3 ou mais faces) (por dente)	UND	151	754
35	Cirurgião-Dentista	Capeamento pulpar (por dente)	UND	151	754
36	Cirurgião-Dentista	Tratamento restaurador atraumático – ART (por dente)	UND	151	754
37	Cirurgião-Dentista	Selamento definitivo de cavidade (por dente)	UND	151	754
38	Cirurgião-Dentista	Curativo provisório (por dente)	UND	151	754

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 5 de 61

39	Cirurgião-Dentista	Abertura coronária para alívio de dor (sem endodontia) (por dente)	UND	302	1.509
40	Cirurgião-Dentista	Exodontia de dente decíduo (por dente)	UND	302	1.509
41	Cirurgião-Dentista	Exodontia de dente permanente (por dente)	UND	423	2.115
42	Cirurgião-Dentista	Exodontia múltipla com alveoloplastia simples (por evento/paciente)	UND	302	1.509
43	Cirurgião-Dentista	Sutura simples (por dente)	UND	846	4.230
44	Cirurgião-Dentista	Radiografia periapical (por dente)	UND	2.381	11.904
45	Cirurgião-Dentista	Remoção de raiz residual (por dente)	UND	212	1.058
46	Auxiliar de Saúde Bucal (ASB)	Apoio operacional odontológico 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
47	Auxiliar de Saúde Bucal (ASB)	Apoio operacional odontológico 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
48	Farmacêutico(a)	Dispensação assistida 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
49	Farmacêutico(a)	Dispensação assistida 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
50	Atendente de Farmácia	Apoio operacional 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
51	Atendente de Farmácia	Apoio operacional 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
GRUPO 02 – MOBILIZAÇÃO TÉCNICA DAS EQUIPES					
Item	Profissional	Unidade/Procedimento	Unid. Medida	Qtd. Mínima Est. Contratação	Qtd Estimada Anual
1	Médico generalista	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
2	Cirurgião-dentista	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
3	Enfermeiro(a)	Hora de deslocamento e mobilização	H	547	2.736
4	Técnico de enfermagem	Hora de deslocamento e mobilização	H	821	4.104
5	Auxiliar de saúde bucal	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
6	Auxiliar administrativo	Hora de deslocamento e mobilização	H	547	2.736
7	Farmacêutico(a)	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
8	Atendente de farmácia	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368

Para fins de dimensionamento da capacidade operacional mínima necessária à execução dos serviços, o Estudo Técnico Preliminar considerou a organização de equipes multidisciplinares capazes de atender simultaneamente unidades urbanas com horário ampliado e ações itinerantes em comunidades rurais e ribeirinhas.

Nesse contexto, estimou-se como referência operacional mínima a disponibilidade de profissionais em quantitativo compatível com o seguinte arranjo assistencial:

Médico generalista: 8 profissionais

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 6 de 61

Enfermeiro(a): 6 profissionais
Técnico de enfermagem: 6 profissionais
Cirurgião-dentista: 5 profissionais
Técnico/auxiliar de saúde bucal: 5 profissionais
Auxiliar administrativo: 6 profissionais
Farmacêutico(a): 2 profissionais
Atendente de farmácia: 4 profissionais.

O referido quantitativo possui natureza referencial para aferição da capacidade técnico-operacional da empresa e não caracteriza contratação por posto de trabalho, permanecendo a medição vinculada à produção assistencial e aos eventos assistenciais programados.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E QUANTITATIVO

3.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar a ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC, mediante a disponibilização de equipe multidisciplinar especializada, destinada ao fortalecimento das ações de atenção primária, prevenção, diagnóstico e acompanhamento clínico da população.

3.2. A Secretaria Municipal de Saúde tem desenvolvido, nos últimos anos, diversas estratégias para ampliar o acesso da população aos serviços públicos de saúde, especialmente por meio da realização de ações itinerantes em comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, bem como pela expansão da cobertura assistencial nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana.

3.3. As experiências obtidas a partir dessas ações itinerantes e mutirões de atendimento demonstraram, de forma concreta, a existência de demanda reprimida por serviços de saúde, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de atendimentos especializados e de fortalecimento da atuação integrada de profissionais de diferentes áreas da saúde.

3.4. Paralelamente, a gestão municipal vem estruturando medidas destinadas à ampliação do acesso da população aos serviços de saúde na zona urbana, incluindo a extensão do horário de funcionamento de determinadas Unidades Básicas de Saúde, com previsão de atendimentos em regime rotacional aos finais de semana e em horários estendidos, podendo alcançar o período noturno até as 22h, de modo a atender usuários que não conseguem acessar os serviços durante o horário regular.

3.5. Tais iniciativas evidenciam a necessidade de estruturação de modelo assistencial mais abrangente e resolutivo, capaz de integrar atendimentos realizados nas unidades fixas da rede

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 7 de 61

municipal com ações itinerantes voltadas às populações residentes em áreas de difícil acesso geográfico.

3.6. Soma-se a esse contexto o fato de que o Município de Tarauacá dispõe de capacidade hospitalar limitada, contando com apenas uma unidade hospitalar de gestão estadual destinada predominantemente ao atendimento de urgência e emergência, além de uma maternidade estadual, sendo as demais unidades de saúde responsáveis pela assistência ambulatorial e pela atenção primária vinculadas à gestão municipal.

3.7. Nesse cenário, a ampliação da atuação de equipes multidisciplinares de saúde torna-se instrumento fundamental para fortalecer a atenção básica, ampliar a resolutividade da rede municipal, reduzir a sobrecarga dos serviços hospitalares e assegurar maior acesso da população a serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento.

3.8. Ressalte-se, ainda, que a execução direta desses serviços pelo Município encontra limitações relacionadas à inexistência de quadro próprio suficiente de profissionais especializados, bem como à necessidade de mobilização logística e operacional compatível com a extensão territorial e as particularidades geográficas da região.

3.9. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar a continuidade e a ampliação das ações de saúde desenvolvidas pelo Município, garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas e melhor atendimento às necessidades da população.

3.10. A contratação encontra respaldo nos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, prevenção de riscos e continuidade do serviço público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, que preconizam a ampliação do acesso e a integralidade da assistência à saúde.

3.11. CONTEXTUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA, SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO

3.11.1. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2022), o Município de Tarauacá possui população estimada de aproximadamente 43.464 habitantes, figurando atualmente como o terceiro município mais populoso do Estado do Acre. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/tarauaca/panorama>

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 8 de 61

- I) O território municipal apresenta grande extensão geográfica e baixa densidade populacional, com significativa presença de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas distribuídas em áreas de difícil acesso, circunstância que impõe desafios logísticos relevantes à prestação regular e contínua dos serviços públicos de saúde.
- 3.11.2. A configuração territorial da região amazônica, caracterizada pela presença de extensas áreas fluviais e comunidades isoladas, exige da gestão pública a adoção de estratégias diferenciadas de organização da atenção à saúde, incluindo ações itinerantes, utilização de unidades móveis e ampliação da cobertura assistencial em localidades remotas. Dados provenientes do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC (Consulta pública disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>), disponibilizados pelo DATASUS, indicam a existência de desafios sanitários relevantes no município e na região, destacando-se:
- I) Taxas historicamente elevadas de mortalidade infantil em comparação com médias nacionais;
- II) Elevada incidência de gravidez na adolescência;
- III) Vulnerabilidades socioeconômicas que impactam diretamente os indicadores de saúde da população.
- 3.11.3. Levantamento divulgado pela imprensa nacional, com base em dados do IBGE, do Ministério da Saúde e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – ONU, apontou que o Município de Tarauacá figura entre os municípios brasileiros com maior incidência de gravidez na adolescência entre meninas de 10 a 14 anos.
- 3.11.4. Conforme os dados analisados, no ano de 2022 foram registradas aproximadamente 12,5 gestações para cada 1.000 meninas nessa faixa etária, índice considerado elevado sob a perspectiva das políticas públicas de saúde, proteção social e desenvolvimento humano. Fonte jornalística: <https://ac24horas.com/2025/08/11/tres-cidades-do-acre-estao-entre-as-dez-com-maiores-taxas-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil/>
- 3.11.5. O estudo também evidencia que oito dos dez municípios brasileiros com maiores índices de gravidez precoce estão localizados na Região Norte, sendo que o Estado do Acre possui três municípios entre os dez primeiros colocados, incluindo Tarauacá.
- 3.11.6. A gravidez na adolescência constitui fenômeno complexo sob o ponto de vista social, sanitário e educacional, frequentemente associado a fatores como:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 9 de 61

- I) Vulnerabilidade socioeconômica;
- II) Insuficiência de acesso à informação e educação em saúde;
- III) Situações de violência sexual;
- IV) Dificuldades de acesso contínuo aos serviços de saúde.

- 3.11.7. Importa destacar que, nos termos da legislação penal brasileira, relações sexuais envolvendo menores de 14 anos configuram, em tese, crime de estupro de vulnerável, circunstância que reforça a necessidade de atuação integrada entre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social.
- 3.11.8. Além dos impactos imediatos sobre a saúde materno-infantil, a gravidez precoce apresenta repercussões significativas no campo educacional e socioeconômico. Estudos do IBGE indicam que a gestação na adolescência constitui uma das principais causas de evasão escolar feminina na América Latina, sendo que, no Brasil, aproximadamente 60% das mães adolescentes encontram-se fora da escola e do mercado de trabalho.
- 3.11.9. Paralelamente aos desafios epidemiológicos identificados, o Município de Tarauacá tem desenvolvido ações de saúde itinerante destinadas a ampliar o acesso da população rural, ribeirinha e indígena aos serviços assistenciais.
- 3.11.10. Entre essas iniciativas destaca-se o programa “Prefeitura na Comunidade”, que leva equipes multiprofissionais a localidades ao longo do Rio Muru e outras regiões de difícil acesso.
- 3.11.11. A experiência acumulada pela Secretaria Municipal de Saúde demonstra que essas ações itinerantes são essenciais para garantir o acesso da população aos serviços de saúde, especialmente em comunidades onde a locomoção até a sede do município depende de deslocamentos fluviais prolongados.
- 3.11.12. Todavia, a execução dessas ações tem sido realizada com capacidade operacional limitada, em razão da disponibilidade restrita de profissionais especializados e da necessidade de ampliação da oferta de atendimentos multidisciplinares.
- 3.11.13. Foi justamente a partir da experiência prática dessas ações itinerantes e da observação direta da elevada demanda assistencial nas comunidades atendidas que se evidenciou a necessidade de estruturação de estratégia mais robusta e permanente de atendimento multiprofissional, capaz de ampliar a cobertura assistencial e garantir maior resolutividade às ações de saúde pública.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 10 de 61

- 3.11.14. Nesse contexto, a contratação de equipe multidisciplinar de saúde, com capacidade de atuação em unidades fixas e em ações itinerantes, constitui medida estratégica para fortalecer a rede municipal de atenção à saúde, ampliar o alcance das políticas públicas sanitárias e reduzir desigualdades territoriais no acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde.
- 3.11.15. Dados divulgados pela administração municipal indicam que mais de 1.300 atendimentos integrados foram realizados em apenas um dia de mobilização do programa, incluindo consultas médicas, atendimento odontológico, vacinação, exames laboratoriais e distribuição de medicamentos. Fonte institucional: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/single-post/prefeitura-na-comunidade-registra-mais-de-1-311-atendimentos-no-primeiro-dia-de-a%C3%A7%C3%A3o-no-rio-muru>
- 3.11.16. Em mobilizações ampliadas realizadas ao longo de vários dias, o programa registrou mais de 3.800 atendimentos em comunidades ribeirinhas, evidenciando a existência de demanda significativa por serviços públicos de saúde nessas localidades. Fonte jornalística: <https://ac24horas.com/2026/02/27/programa-prefeitura-na-comunidade-registra-3-835-atendimentos-em-quatro-dias-de-mobilizacao-no-rio-muru/>
- 3.11.17. Além disso, iniciativas de saúde itinerante voltadas a populações indígenas têm sido realizadas na região, incluindo atendimentos médicos e odontológicos em aldeias localizadas nas regiões de São Vicente e Humaitá, com foco na ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde e na redução de vulnerabilidades sanitárias. Fonte institucional: <https://agencia.ac.gov.br>
- 3.11.18. A experiência acumulada pelo Município demonstra que a utilização de equipes multidisciplinares em ações itinerantes constitui estratégia eficaz para ampliar a cobertura assistencial, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas com menor acesso à rede regular de serviços de saúde. Entre os benefícios observados com esse modelo de atuação destacam-se:
- I) Ampliação do acesso a serviços de atenção materno-infantil;
 - II) Fortalecimento das ações de planejamento reprodutivo e educação em saúde;
 - III) Identificação precoce de situações de risco social ou sanitário;
 - IV) Redução de vazios assistenciais em áreas rurais e ribeirinhas;
 - V) Melhoria da resolutividade da rede municipal de atenção à saúde.
- 3.11.19. Diante desse cenário demográfico, epidemiológico e territorial, a ampliação da oferta de serviços por meio de equipes multidisciplinares de saúde, com capacidade de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 11 de 61

- atuação em unidades fixas e em ações itinerantes, constitui medida estratégica para fortalecer a rede municipal de atenção à saúde, reduzir desigualdades no acesso aos serviços públicos e promover melhoria dos indicadores sanitários da população.
- 3.11.20. Além das ações itinerantes desenvolvidas para atendimento das populações residentes em comunidades rurais e ribeirinhas, a Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá tem estruturado estratégias voltadas à ampliação da capacidade assistencial da rede urbana de atenção básica, com o objetivo de reduzir a demanda reprimida por atendimentos e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde.
- 3.11.21. Entre as medidas em fase de implementação destaca-se a extensão do horário de funcionamento de determinadas Unidades Básicas de Saúde – UBS, mediante a adoção de sistema rotacional de equipes, permitindo a realização de atendimentos em horários estendidos durante a semana e em períodos noturnos, inclusive até as 22h, bem como a oferta de atendimentos aos finais de semana em unidades previamente definidas pela gestão municipal.
- 3.11.22. Essa estratégia busca ampliar a oferta de consultas, procedimentos e ações de promoção da saúde para a população que, por motivos laborais ou logísticos, encontra dificuldades em acessar os serviços de saúde durante o horário convencional de funcionamento das unidades.
- 3.11.23. A ampliação dos horários de atendimento nas unidades urbanas, somada às ações itinerantes realizadas nas comunidades rurais e ribeirinhas, evidencia a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da rede municipal de saúde, especialmente por meio da atuação de equipes multidisciplinares capazes de atender diferentes perfis de demanda assistencial.
- 3.11.24. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde constitui medida estratégica para assegurar a ampliação da cobertura assistencial, a melhoria da resolutividade da atenção básica e a continuidade das políticas públicas de saúde implementadas pelo Município de Tarauacá.
- 3.11.25. Cumpre destacar que a rede assistencial existente no Município de Tarauacá apresenta características estruturais que reforçam a necessidade de fortalecimento da atenção básica municipal.
- 3.11.26. No âmbito da rede pública de saúde instalada no município, existe apenas uma unidade hospitalar de gestão estadual, destinada predominantemente ao atendimento de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 12 de 61

urgência e emergência, bem como uma maternidade estadual, responsável pelos atendimentos obstétricos e pela assistência ao parto.

- 3.11.27. As demais unidades de saúde existentes no território municipal, especialmente aquelas responsáveis pela atenção primária e pelos atendimentos ambulatoriais à população, encontram-se sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo Unidades Básicas de Saúde, equipes da Estratégia Saúde da Família e demais estruturas de apoio assistencial.
- 3.11.28. Nesse contexto, observa-se que a rede municipal de saúde assume papel central na organização da atenção à saúde da população, sendo responsável por grande parte das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento clínico, assistência ambulatorial e encaminhamento adequado de pacientes para níveis de maior complexidade quando necessário.
- 3.11.29. A limitação da capacidade hospitalar local, aliada à grande demanda assistencial da população e às dificuldades de acesso geográfico enfrentadas por comunidades rurais e ribeirinhas, reforça a necessidade de fortalecimento da atenção básica e da ampliação da oferta de atendimentos especializados no âmbito da rede municipal.
- 3.11.30. Dessa forma, a ampliação da atuação de equipes multidisciplinares de saúde, tanto em unidades fixas quanto em ações itinerantes, constitui medida estratégica para ampliar a resolutividade da rede municipal, reduzir a sobrecarga dos serviços hospitalares e garantir maior acesso da população aos serviços de saúde.
- 3.11.31. O Município de Tarauacá/AC possui rede de atenção primária estruturada por meio de Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas entre áreas urbanas, rurais e fluviais, responsáveis pela execução das ações de promoção, prevenção e assistência básica à saúde da população.
- 3.11.32. Conforme registros do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, a rede municipal de atenção primária é composta por aproximadamente sete a nove unidades de saúde, entre unidades fixas e estruturas móveis destinadas ao atendimento de comunidades de difícil acesso.
- 3.11.33. Entre as principais unidades de saúde existentes no município destacam-se:
- a) UBS Maria Espanho;
 - b) UBS Padre Hubert Grossheim;
 - c) UBS Maria da Luz;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 13 de 61

- d) UBS Maria Francisca da Costa Cabral;
- e) UBS 24 de Abril;
- f) UBS José Leônicio Gomes Rodrigues;
- g) UBS Porto Marques;
- h) UBS João Wanderlei;
- i) Unidade Fluvial de Saúde – conhecida localmente como Unidade Fluvial Dezinho ou Posto da Balsa, destinada ao atendimento de populações ribeirinhas e comunidades de difícil acesso.

3.11.34. Essas unidades compõem a base operacional da Estratégia Saúde da Família – ESF, sendo responsáveis pelo atendimento da população urbana, rural e ribeirinha, mediante oferta de serviços de atenção básica, acompanhamento clínico, imunização, ações de saúde bucal, atividades preventivas e encaminhamentos para níveis assistenciais de maior complexidade.

3.11.35. Importa destacar que, apesar da existência dessas unidades, o município enfrenta desafios estruturais decorrentes de fatores geográficos, demográficos e operacionais, especialmente em razão da grande extensão territorial, da presença de comunidades isoladas e da necessidade de deslocamentos fluviais para atendimento de parte significativa da população.

3.11.36. Nesse contexto, o sistema de saúde local tem sido objeto de acompanhamento e recomendações institucionais por órgãos de controle, a exemplo de fiscalizações realizadas pelo Ministério Público do Estado do Acre – MP/AC, que têm apontado a necessidade de aperfeiçoamento da infraestrutura das unidades de saúde e da melhoria de mecanismos de controle administrativo, incluindo sistemas de registro de frequência e organização do atendimento assistencial.

3.11.37. Tais circunstâncias evidenciam a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere à ampliação da oferta de serviços especializados, à melhoria do acesso da população aos atendimentos e à implementação de estratégias que permitam maior resolutividade da atenção primária.

3.11.38. Nesse cenário, a contratação de equipe multidisciplinar especializada constitui medida estratégica para apoiar a rede municipal existente, ampliar a cobertura assistencial, qualificar o atendimento à população e assegurar maior eficiência na execução das políticas públicas de saúde no âmbito do Município de Tarauacá.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 14 de 61

- 3.11.39. No processo de diagnóstico das necessidades assistenciais da rede municipal de saúde, também foi identificada demanda relevante por ampliação de serviços nas áreas de atenção psicossocial e acompanhamento social de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas do território municipal.
- 3.11.40. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde avalia a futura ampliação da atuação de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, com o objetivo de fortalecer o atendimento integral à população e complementar as ações desenvolvidas pelas equipes de atenção básica.
- 3.11.41. Registra-se, entretanto, que eventual contratação desses profissionais dependerá da conclusão de estudos técnicos específicos e da realização de pesquisa de preços própria, encontrando-se atualmente em fase preliminar de levantamento e planejamento, não integrando o objeto da presente contratação.
- 3.11.42. Cumpre destacar que o Município de Tarauacá dispõe de unidade de saúde fluvial destinada ao atendimento de comunidades ribeirinhas e localidades de difícil acesso, constituindo importante estratégia de ampliação da cobertura assistencial em áreas afastadas da sede municipal.
- 3.11.43. Todavia, as condições climáticas e hidrológicas da região impõem limitações sazonais relevantes ao funcionamento dessa estrutura. No município de Tarauacá, o período de estiagem ocorre, de forma geral, entre os meses de maio e novembro, intervalo caracterizado por baixos índices de precipitação, elevação das temperaturas e redução significativa dos níveis dos rios e igarapés da região.
- 3.11.44. Durante esse período, especialmente entre setembro e novembro, quando ocorre o pico da seca, os níveis do Rio Tarauacá podem atingir patamares críticos que comprometem a navegabilidade em diversos trechos, dificultando ou mesmo impedindo o deslocamento regular da unidade de saúde fluvial.
- 3.11.45. Registros recentes indicam que, em anos de estiagem severa, o nível do Rio Tarauacá já alcançou valores inferiores a 75 centímetros, situação que inviabiliza a navegação normal e compromete o acesso de embarcações a determinadas comunidades ribeirinhas.
- 3.11.46. Nessas circunstâncias, comunidades localizadas ao longo de rios e igarapés passam a enfrentar dificuldades adicionais de acesso aos serviços de saúde, exigindo da

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 15 de 61

gestão municipal a adoção de estratégias complementares para garantir a continuidade da assistência à população.

- 3.11.47. Diante desse cenário, torna-se necessária a mobilização de equipes multidisciplinares para atendimento em diferentes localidades do território municipal por meio de ações itinerantes e deslocamentos específicos das equipes, assegurando que a população residente em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso não permaneça desassistida durante os períodos de restrição de navegabilidade.
- 3.11.48. Assim, a previsão de mecanismos logísticos que permitam a mobilização das equipes profissionais constitui medida essencial para garantir a continuidade das ações assistenciais da rede municipal de saúde ao longo de todo o ano, independentemente das variações sazonais que afetam a navegabilidade dos rios da região.
- 3.11.49. Diante dessas características territoriais, logísticas e sazonais, a organização das ações de saúde no Município de Tarauacá demanda a adoção de estratégias operacionais que permitam a mobilização de equipes profissionais para atuação tanto nas unidades fixas da rede municipal quanto em ações itinerantes realizadas em diferentes localidades do território.
- 3.11.50. Em razão da extensão geográfica do município, da dispersão populacional e das limitações de navegabilidade verificadas em determinados períodos do ano, torna-se necessário prever mecanismos que possibilitem a adequada mobilização das equipes multidisciplinares de saúde entre diferentes pontos de atendimento, assegurando a continuidade das ações assistenciais e a manutenção do acesso da população aos serviços públicos de saúde.
- 3.11.51. Nesse contexto, a estruturação da contratação contemplando não apenas a execução de procedimentos assistenciais, mas também a previsão de mobilização operacional das equipes profissionais, constitui medida compatível com as características territoriais do município e necessária à adequada execução das políticas públicas de saúde.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICÁVEIS E DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. A presente contratação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente com fundamento

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 16 de 61

nos arts. 6º, inciso XXI; 18; 28; e 82 a 86 do referido diploma legal, bem como em conformidade com o Decreto Municipal nº 129/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública do Município de Tarauacá/AC, por se tratar de prestação de serviços comuns na área da saúde, cuja execução pode ser objetivamente definida por meio de especificações usuais de mercado e critérios de medição previamente estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. A contratação decorre do planejamento das ações da Secretaria Municipal de Saúde e encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que demonstrou a necessidade administrativa, a viabilidade técnica da solução e a adequação da contratação para ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde.

4.3. A demanda também se fundamenta nas diretrizes constitucionais e legais que estruturam o Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente:

- a) Constituição Federal de 1988, arts. 196 a 200, que consagram a saúde como direito de todos e dever do Estado;
- b) Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- c) Lei nº 8.142/1990, que trata da participação da comunidade na gestão do SUS e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

4.4. A solução adotada também se mostra compatível com as diretrizes das políticas públicas nacionais de saúde, em especial:

- a) Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, que estabelece a Atenção Primária à Saúde como porta de entrada preferencial do SUS e orienta a organização da assistência mediante equipes multiprofissionais;
- b) Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente, que orienta a ampliação do acesso da população aos serviços odontológicos;
- c) Diretrizes do Sistema Único de Saúde voltadas à ampliação do acesso aos serviços de saúde em territórios remotos, rurais e ribeirinhos, incluindo estratégias de atendimento itinerante e mobilização de equipes multiprofissionais para atendimento de populações em áreas de difícil acesso.

4.5. A adoção de solução assistencial baseada na atuação de equipes multidisciplinares de saúde, com execução tanto em unidades fixas quanto em ações itinerantes, mostra-se plenamente compatível com os princípios estruturantes do SUS, especialmente os princípios

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 17 de 61

da universalidade, integralidade e equidade no acesso às ações e serviços de saúde.

4.6. Considerando as particularidades territoriais do Município de Tarauacá/AC — que possui extensa área territorial e comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso — a contratação pretendida visa ampliar a capacidade de resposta da rede municipal de saúde, reduzir demandas reprimidas e fortalecer as ações assistenciais desenvolvidas no âmbito da atenção primária.

4.7. A execução das atividades assistenciais previstas nesta contratação encontra respaldo na legislação que regulamenta o exercício das profissões da área da saúde, destacando-se, entre outras:

- a) Lei nº 3.268/1957, que dispõe sobre o exercício da medicina;
- b) Lei nº 7.498/1986, que regulamenta o exercício da enfermagem;
- c) Lei nº 5.081/1966, que regula o exercício da odontologia;
- d) Lei nº 3.820/1960, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia;
- e) Lei nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

4.8. A execução dos serviços assistenciais deverá observar a legislação sanitária e as normas regulamentadoras aplicáveis aos estabelecimentos e profissionais da área da saúde, incluindo, entre outras, as disposições de:

- a) Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza o Sistema Único de Saúde – SUS;
- b) Lei nº 6.437/1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as respectivas sanções;
- c) Lei nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional;
- d) Portaria nº 1.646, de 2 de outubro de 2015, e Portarias de Consolidação nº 1 e nº 2, de 2017, do Ministério da Saúde, que disciplinam o registro e a identificação dos estabelecimentos responsáveis pela execução de ações e serviços de saúde no território nacional.

4.9. Aplica-se igualmente à presente contratação o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, com suas alterações posteriores, no que se refere ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte.

4.10. As regras específicas relativas à participação de microempresas e empresas de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 18 de 61

pequeno porte, incluindo os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, serão estabelecidas no instrumento convocatório, observadas as diretrizes constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

4.11. As exigências de habilitação técnica e profissional estabelecidas no instrumento convocatório deverão observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e ampla competitividade, restringindo-se às condições estritamente necessárias para assegurar a adequada execução dos serviços objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5 – DA PROPOSTA, DO JULGAMENTO E DA ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE

5.1 A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, bem como o reconhecimento de que o licitante possui pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

5.2 A proposta deverá consignar valores unitários para cada item da planilha e valor global para o lote, expressos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais, já incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, compreendendo, entre outros:

- a) Remuneração dos profissionais envolvidos na execução dos serviços;
- b) Encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- c) Custos administrativos e operacionais da empresa;
- d) Despesas relacionadas à organização e execução das atividades assistenciais;
- e) Demais custos necessários à adequada prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência.

5.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global do lote, observada a conformidade da proposta com as especificações técnicas, unidades de medida e quantitativos estimados definidos neste Termo de Referência.

5.4. Para fins de julgamento, o valor global da proposta corresponderá ao somatório dos valores unitários ofertados para cada item da planilha, multiplicados pelos quantitativos estimados estabelecidos pela Administração.

5.5. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Permanecerem acima do orçamento estimado pela Administração após eventual

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 19 de 61

- negociação;
- c) Apresentarem indícios de inexecuibilidade;
 - d) Não demonstrarem sua viabilidade quando solicitado pela Administração.

5.6. Para fins de presunção relativa de inexecuibilidade, será considerada situação de alerta a proposta cujo valor global seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, hipótese em que poderá ser realizada diligência para verificação da viabilidade econômica da proposta apresentada.

5.7. Sempre que o valor ofertado se mostrar potencialmente incompatível com os custos mínimos necessários à execução regular do objeto — considerando a necessidade de disponibilização de profissionais qualificados, a observância das exigências legais e profissionais aplicáveis, bem como os custos operacionais inerentes à prestação dos serviços assistenciais — poderá a Administração exigir do licitante a apresentação de memória de cálculo e demonstração detalhada da composição de custos da proposta.

5.8. A eventual desclassificação por inexecuibilidade somente ocorrerá após análise técnica fundamentada pela Administração, assegurada ao licitante a oportunidade de demonstrar a viabilidade econômica de sua proposta, mediante apresentação de documentação ou informações complementares.

6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 Modalidade e Critério de Julgamento

6.1.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global do lote, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI; 28; 59; 60 e 61 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O julgamento será realizado com base no valor global da proposta, correspondente ao somatório dos produtos resultantes da multiplicação dos valores unitários ofertados pelos quantitativos estimados definidos pela Administração para cada item da planilha de serviços.

6.1.3. Embora o critério de julgamento seja o menor preço global do lote, os licitantes deverão apresentar valores unitários para todos os itens da planilha, os quais servirão de referência para fins de medição e pagamento dos serviços efetivamente executados.

6.1.4. O licitante deverá apresentar proposta contemplando todos os itens constantes da planilha de serviços que compõem o lote, sendo obrigatória a indicação de valores unitários

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 20 de 61

para cada item. A ausência de preenchimento de qualquer item implicará desclassificação da proposta, por inviabilizar a adequada formação do preço global e comprometer a correta execução, medição e pagamento dos serviços.

6.1.5. Os valores unitários apresentados na proposta deverão guardar coerência técnica e econômica entre si, sendo vedada a apresentação de preços unitários manifestamente irrisórios ou desproporcionais em relação aos demais itens da planilha de serviços.

6.1.6. Constatada a existência de subcotação artificial ou distorção relevante entre os preços unitários, que possa comprometer a correta execução do objeto ou a adequada medição e pagamento dos serviços, a Administração poderá realizar diligência para esclarecimentos e comprovação da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.1.7. Caso o licitante não demonstre a viabilidade técnica e econômica dos valores unitários apresentados, ou permaneçam evidenciadas inconsistências que comprometam a execução do objeto, a proposta poderá ser desclassificada por inexecuibilidade ou incompatibilidade com os custos mínimos necessários à execução contratual, mediante decisão devidamente motivada.

6.2 Verificação de Conformidade das Propostas

6.2.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser realizada exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, nos termos do art. 59, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. Contiverem vícios insanáveis;
- II. Não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Apresentarem valor global superior ao orçamento estimado constante do orçamento sigiloso da contratação;
- IV. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- V. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- VI. Apresentarem desconformidade com exigências editalícias que não admitam saneamento.

6.3 Parâmetros de Aceitabilidade de Preços

6.3.1. Será considerada aceitável a proposta cujo valor global:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 21 de 61

- I – não ultrapasse o valor estimado constante do orçamento sigiloso da contratação;
- II – revele compatibilidade com os valores praticados no mercado;
- III – demonstre viabilidade técnica e operacional para execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

6.3.2. O orçamento estimado permanecerá sigiloso até a conclusão da fase de julgamento, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo assegurado acesso irrestrito aos órgãos de controle interno e externo.

6.4 Análise de Exequibilidade

6.4.1. Nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade das propostas ou exigir do licitante a demonstração técnica e documental da viabilidade de execução do objeto sempre que houver indícios objetivos de inconsistência entre o preço ofertado e os custos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

6.4.2. A análise de exequibilidade considerará, entre outros elementos:

- I – compatibilidade do valor ofertado com os preços estimados na fase preparatória;
- II – coerência entre a composição de custos apresentada e as exigências operacionais da prestação dos serviços assistenciais;
- III – custos relacionados à disponibilização de profissionais habilitados e ao cumprimento das exigências legais e profissionais aplicáveis;
- IV – capacidade técnica e estrutura operacional declarada pelo licitante para execução dos serviços;
- V – viabilidade de execução das atividades assistenciais nas condições previstas neste Termo de Referência.

6.4.3. A não comprovação da exequibilidade implicará desclassificação da proposta.

6.5 Critérios de Desempate

6.5.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, quando aplicável, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.6 Negociação



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 22 de 61

6.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. A negociação observará os limites do orçamento estimado e os parâmetros de aceitabilidade de preços estabelecidos neste Termo de Referência.

6.7 Observância dos Princípios

6.7.1. O julgamento das propostas observará os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Disposições Gerais

7.1.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto com estrita observância às disposições deste Termo de Referência, à Lei nº 14.133/2021, à legislação sanitária e profissional aplicável, bem como às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, assumindo integral responsabilidade pela adequada execução dos serviços assistenciais e pelo cumprimento das obrigações técnicas, operacionais e legais decorrentes da contratação.

7.2 Manutenção das Condições de Habilitação

7.2.1. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no certame, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. Manter válidos e atualizados, durante toda a vigência contratual:

I – registro da pessoa jurídica junto aos conselhos profissionais competentes, quando aplicável à natureza dos serviços prestados;

II – registro profissional e regularidade dos responsáveis técnicos indicados para execução das atividades;

III – documentação comprobatória da habilitação legal dos profissionais disponibilizados;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 23 de 61

IV – documentos que comprovem o vínculo dos profissionais com a empresa contratada.

7.2.3. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que comprometa sua regularidade jurídica, técnica ou econômico-financeira.

7.3 Disponibilização da Equipe Multidisciplinar

7.3.1. Disponibilizar profissionais devidamente habilitados para execução das atividades assistenciais previstas neste Termo de Referência.

7.3.2. Garantir que todos os profissionais possuam formação compatível com as atividades desempenhadas e estejam regularmente inscritos em seus respectivos conselhos de classe, quando exigido pela legislação profissional.

7.3.3. Manter quantitativo de profissionais compatível com a demanda dos serviços, assegurando a continuidade e regularidade da assistência prestada.

7.3.4. Substituir imediatamente qualquer profissional que:

- I – não atenda aos requisitos técnicos exigidos;
- II – apresente conduta incompatível com a execução dos serviços;
- III – se ausente ou esteja impossibilitado de desempenhar suas atividades.

7.4 Execução dos Serviços Assistenciais

7.4.1. Executar os serviços de saúde em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e com os protocolos clínicos e assistenciais aplicáveis.

7.4.2. Realizar atendimentos clínicos, procedimentos assistenciais, ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e demais atividades previstas no escopo da contratação.

7.4.3. Apoiar as atividades desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde e em outras estruturas da rede municipal de saúde.

7.4.4. Colaborar na execução de campanhas de saúde pública, mutirões assistenciais e demais ações institucionais promovidas pela Administração.

7.5 Apoio às Ações Itinerantes de Saúde



**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Página **24** de **61**

7.5.1. Disponibilizar profissionais para participação em ações itinerantes realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.5.2. Apoiar as atividades assistenciais desenvolvidas em comunidades rurais, ribeirinhas ou de difícil acesso, conforme planejamento da Administração.

7.5.3. Cumprir os cronogramas e ordens de serviço estabelecidos pela gestão municipal de saúde.

7.6 Cumprimento das Normas Sanitárias e Profissionais

7.6.1. Observar integralmente as normas sanitárias, éticas e regulamentares aplicáveis às profissões da área da saúde.

7.6.2. Cumprir as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no que se refere aos princípios da universalidade, integralidade e equidade na prestação dos serviços assistenciais.

7.6.3. Atuar em conformidade com os protocolos clínicos, fluxos assistenciais e orientações técnicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.7 Registro das Atividades e Produção Assistencial

7.7.1. Registrar os atendimentos e procedimentos realizados nos sistemas ou instrumentos de controle utilizados pela Administração.

7.7.2. Apresentar relatórios periódicos de produção assistencial sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

7.7.3. Permitir o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual pelos representantes da Administração.

7.8 Encargos Trabalhistas, Previdenciários e Operacionais

7.8.1. Arcar integralmente com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo:

- I – remuneração dos profissionais;
- II – encargos trabalhistas e previdenciários;
- III – tributos e encargos fiscais;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **25** de **61**

IV – despesas operacionais relacionadas à execução do objeto.

7.8.2. Responsabilizar-se integralmente por seus empregados, inclusive quanto ao cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.

7.8.3. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável.

7.9 Vedação à Subcontratação Indevida

7.9.1. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução do objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 Responsabilidade Civil e Administrativa

7.10.1. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

7.10.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela correta execução do objeto.

7.11 Consequências do Descumprimento

7.11.1. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e no instrumento contratual, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa cabível.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Compete à CONTRATANTE assegurar a adequada gestão e fiscalização da execução contratual, promovendo o planejamento das ações assistenciais, o acompanhamento da prestação dos serviços, a verificação de conformidade das atividades executadas e o regular pagamento pelos serviços efetivamente realizados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Planejamento e Organização da Execução dos Serviços

8.2.1. Planejar, organizar e coordenar as ações assistenciais a serem executadas pela

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 26 de 61

equipe multidisciplinar contratada, definindo previamente:

- I – unidades de saúde ou locais de atendimento;
- II – cronograma de execução das atividades assistenciais;
- III – quantitativos estimados de atendimentos e procedimentos;
- IV – prioridades assistenciais da rede municipal de saúde.

8.2.2. Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias ao adequado planejamento das atividades, incluindo:

- I – agenda de atendimentos;
- II – fluxos assistenciais da rede municipal de saúde;
- III – protocolos clínicos e diretrizes assistenciais adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.2.3. Garantir condições adequadas para a realização dos atendimentos nas unidades de saúde ou nos locais previamente definidos pela Administração.

8.3. Fiscalização da Execução Contratual

8.3.1. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.2. Acompanhar continuamente a execução contratual, verificando especialmente:

- I – cumprimento das atividades assistenciais previstas;
- II – regularidade da atuação dos profissionais indicados pela CONTRATADA;
- III – qualidade dos atendimentos prestados;
- IV – observância das normas técnicas, sanitárias e éticas aplicáveis aos serviços de saúde.

8.3.3. Registrar formalmente ocorrências, inconformidades e eventuais descumprimentos contratuais.

8.4. Verificação da Regularidade Técnica e Assistencial

8.4.1. A CONTRATANTE poderá realizar diligências técnicas para verificar a regularidade da execução dos serviços, incluindo:

- I – conferência da presença e atuação dos profissionais indicados;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 27 de 61

II – verificação da compatibilidade entre os serviços executados e os registros assistenciais apresentados;

III – análise da conformidade dos atendimentos com os protocolos assistenciais adotados pela rede municipal de saúde.

8.4.2. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA documentos ou registros relacionados à execução dos serviços sempre que necessário à adequada fiscalização contratual.

8.5. Comunicação de Irregularidades

8.5.1. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de irregularidades verificadas na execução dos serviços.

8.5.2. Fixar prazo para correção ou saneamento das inconformidades identificadas, quando cabível.

8.5.3. Determinar a substituição de profissionais ou a adoção de medidas corretivas sempre que constatada inadequação técnica ou operacional na prestação dos serviços.

8.6. Controle da Execução e Medição dos Serviços

8.6.1. Proceder ao acompanhamento e controle da execução dos serviços com base nos registros de atendimentos, relatórios assistenciais e demais documentos comprobatórios apresentados pela CONTRATADA.

8.6.2. Efetuar o recebimento provisório dos serviços executados e, após a verificação de sua conformidade, promover o recebimento definitivo, mediante atesto do fiscal do contrato.

8.7. Obrigações Financeiras

8.7.1. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados no prazo contratualmente estabelecido, após:

I – regular liquidação da despesa;

II – atesto do fiscal do contrato;

III – verificação da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.

8.7.2. Suspender o pagamento em caso de irregularidade formal ou material na execução

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **28** de **61**

contratual, até a devida regularização.

8.8. Responsabilidade Orçamentária e Administrativa

8.8.1. Assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente para cobertura das despesas decorrentes da contratação.

8.8.2. Observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução contratual.

8.8.3. Não assumir responsabilidade por compromissos firmados pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados por seus empregados, prepostos ou profissionais vinculados.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, destinada ao registro formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de equipe multidisciplinar em saúde, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

9.1.1. O registro de preços não gera obrigação de contratação integral do quantitativo estimado, constituindo mera expectativa de contratação, condicionada às necessidades administrativas supervenientes e à disponibilidade orçamentária.

9.2. Órgão Gerenciador

9.2.1. A Secretaria Municipal de Saúde atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, competindo-lhe:

- a) consolidar as demandas das unidades e setores vinculados à rede municipal de saúde;
- b) gerenciar os quantitativos registrados e controlar os respectivos saldos;
- c) autorizar as contratações decorrentes da Ata;
- d) promover, quando necessário, a revisão ou o cancelamento dos preços registrados;
- e) acompanhar a manutenção da vantajosidade econômica da Ata.

9.3. Vigência da Ata

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 29 de 61

9.3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da legislação aplicável, desde que:

- a) demonstrada formalmente a vantajosidade da manutenção dos preços registrados;
- b) realizada pesquisa de mercado atualizada;
- c) comprovada a regularidade do fornecedor;
- d) mantidas as condições originalmente pactuadas.

9.4. Contratações Decorrentes da Ata

9.4.1. As contratações decorrentes da Ata ocorrerão de forma parcelada e conforme a demanda, mediante emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente pelas Secretarias participantes.

9.4.2. Cada solicitação de execução dos serviços deverá indicar, entre outros elementos:

- a) quantitativo estimado de atendimentos ou procedimentos;
- b) unidade de saúde ou local de execução das atividades assistenciais;
- c) período ou cronograma previsto para execução;
- d) responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.

9.4.3. A CONTRATADA deverá atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, observando as normas técnicas, sanitárias e operacionais aplicáveis à prestação dos serviços de saúde.

9.5. Revisão dos Preços Registrados

9.5.1. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente quando:

- a) sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- b) ocorrer criação, alteração ou extinção de tributos com repercussão comprovada nos custos;
- c) houver álea econômica extraordinária e extracontratual.

9.5.2. A revisão dependerá de:

- a) requerimento formal do fornecedor;
- b) comprovação analítica da variação de custos;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **30** de **61**

- c) análise técnica e jurídica da Administração;
- d) pesquisa de mercado que demonstre a efetiva necessidade de recomposição.

9.5.3. Eventual autorização produzirá efeitos apenas para as solicitações emitidas após o protocolo do pedido, não alcançando serviços já executados.

9.5.4. Enquanto pendente a análise do pedido, o fornecedor deverá manter a execução nos preços vigentes.

9.6. Cancelamento do Registro de Preços

9.6.1. O registro poderá ser cancelado por iniciativa da Administração quando ocorrer:

- a) descumprimento das condições da Ata;
- b) recusa injustificada em executar os serviços solicitados;
- c) perda das condições de habilitação;
- d) razões de interesse público devidamente motivadas.

9.6.2. O cancelamento também poderá ocorrer por iniciativa do fornecedor, mediante comprovação de impossibilidade superveniente de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente justificada e aceita pela Administração.

9.6.3. O cancelamento será precedido de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Adesão por Órgãos Não Participantes

9.7.1. A eventual adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes ficará condicionada:

- a) à previsão no instrumento convocatório;
- b) à anuência do órgão gerenciador;
- c) à concordância expressa do fornecedor;
- d) à comprovação de vantajosidade da adesão;
- e) ao respeito aos limites quantitativos estabelecidos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.2. Considerando tratar-se de serviços assistenciais em saúde, a autorização de adesão dependerá de análise da capacidade operacional do fornecedor, de modo a não comprometer o atendimento das demandas originárias da Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **31** de **61**

9.8. Controle dos Quantitativos Registrados

9.8.1. O órgão gerenciador manterá controle formal dos quantitativos registrados e dos respectivos saldos disponíveis, sendo vedada a contratação que ultrapasse os limites fixados na Ata.

9.8.2. O fornecedor não poderá recusar a execução dos serviços dentro do saldo disponível, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

9.9. Penalidades

9.9.1. O descumprimento das obrigações decorrentes da Ata sujeitará o fornecedor às penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no edital e no instrumento contratual.

9.10. Formalização das Contratações

9.10.1. A formalização da Ata de Registro de Preços não substitui a necessidade de emissão de nota de empenho ou instrumento contratual, quando exigido.

9.10.2. A indicação da dotação orçamentária será exigida no momento da contratação decorrente da Ata, conforme a legislação vigente aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

10 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizado em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo, mediante verificação da conformidade da execução dos serviços com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

10.2. Recebimento Provisório

10.2.1. O recebimento provisório será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado ou registro formal equivalente, após verificação inicial do cumprimento das exigências de caráter técnico relativas à execução dos serviços.

10.2.2. Para fins de recebimento provisório, o fiscal do contrato deverá verificar, entre outros aspectos:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **32** de **61**

- I – a realização das atividades assistenciais previstas na ordem de serviço ou instrumento equivalente;
- II – a conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- III – a atuação dos profissionais indicados pela CONTRATADA e sua compatibilidade com as atividades executadas;
- IV – a regularidade dos registros de atendimentos, relatórios de produção e demais documentos comprobatórios da execução dos serviços.

10.3. Recebimento Definitivo

10.3.1. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, após a verificação do atendimento integral das exigências contratuais.

10.3.2. O recebimento definitivo dependerá da confirmação de que:

- I – os serviços foram executados de forma satisfatória e em conformidade com o contrato;
- II – os registros assistenciais e relatórios apresentados refletem adequadamente os serviços realizados;
- III – foram observadas as normas técnicas, sanitárias e operacionais aplicáveis aos serviços de saúde.

10.4. Rejeição do Objeto

10.4.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, no edital ou no instrumento contratual, nos termos do §1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.2. Constatada irregularidade na execução dos serviços, a CONTRATADA será formalmente notificada para promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.5. Responsabilidade da Contratada

10.5.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica ou ético-profissional da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, nos termos do §2º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 33 de 61

10.6. Custos de Verificação Técnica

10.6.1. Quando houver necessidade de realização de testes, verificações técnicas ou outros procedimentos de aferição da qualidade dos serviços executados, estes correrão por conta da CONTRATADA, conforme disposto no §4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

11 – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração, nos termos dos arts. 25, 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante adoção de modelo de gestão que assegure o monitoramento contínuo da prestação dos serviços, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adequada qualidade da assistência prestada.

11.2. Designação do Gestor e dos Fiscais do Contrato

11.2.1. A Administração designará formalmente gestor e fiscal do contrato, podendo ainda designar fiscais técnicos ou setoriais, conforme a complexidade do objeto contratado.

11.2.2. Compete ao gestor do contrato:

- I – acompanhar a execução global do contrato;
- II – coordenar as atividades de fiscalização;
- III – adotar providências administrativas necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais;
- IV – promover a comunicação formal com a contratada quando necessário;
- V – encaminhar processos de alteração contratual, aplicação de sanções ou outras medidas administrativas.

11.2.3. Compete ao fiscal do contrato:

- I – acompanhar diretamente a execução dos serviços;
- II – verificar a conformidade da atuação da equipe multidisciplinar com as atividades contratadas;
- III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- IV – comunicar ao gestor eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- V – atestar a execução dos serviços para fins de medição e pagamento.

11.3. Acompanhamento da Execução dos Serviços



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **34** de **61**

11.3.1. A fiscalização contratual abrangerá o acompanhamento da execução das atividades assistenciais realizadas pela equipe multidisciplinar contratada, observando, entre outros aspectos:

- I – cumprimento das atividades previstas no Termo de Referência;
- II – presença e atuação dos profissionais indicados pela contratada;
- III – qualidade e regularidade dos atendimentos realizados;
- IV – conformidade dos registros assistenciais e relatórios de produção.

11.3.2. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em instrumento próprio de controle, podendo ser utilizados relatórios de fiscalização, sistemas informatizados ou outros meios formais de registro adotados pela Administração.

11.4. Comunicação de Ocorrências e Medidas Corretivas

11.4.1. Constatada irregularidade na execução dos serviços, o fiscal do contrato deverá comunicar formalmente o fato ao gestor do contrato.

11.4.2. A contratada será notificada para promover a correção das irregularidades no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.5. Limites da Atuação da Administração na Terceirização

11.5.1. A gestão e fiscalização do contrato observarão as disposições do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedado à Administração:

- I – indicar pessoas nominadas para executar diretamente o objeto contratado;
- II – estabelecer vínculo de subordinação direta com os profissionais da contratada;
- III – interferir na gestão interna da empresa contratada;
- IV – exigir atividades que não estejam previstas no objeto da contratação.

11.5.2. Os profissionais disponibilizados pela contratada permanecerão subordinados exclusivamente à empresa contratada, inexistindo vínculo funcional ou trabalhista com a Administração Pública.

11.6. Controle da Execução e Medição dos Serviços

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **35** de **61**

11.6.1. O controle da execução contratual será realizado com base nos registros de atendimentos, relatórios assistenciais e demais documentos que comprovem a efetiva realização das atividades contratadas.

11.6.2. A medição dos serviços executados será realizada pelo fiscal do contrato, que verificará a compatibilidade entre os serviços prestados e os quantitativos registrados para fins de pagamento.

11.7. Responsabilidade da Contratada

11.7.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução dos serviços, inclusive quanto às obrigações técnicas, profissionais e sanitárias aplicáveis às atividades assistenciais.

12 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E APURAÇÃO DO FORNECIMENTO

12.1. A medição da execução contratual será realizada mensalmente, considerando os serviços efetivamente executados no período de referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 92, 117 e 140, bem como as boas práticas de gestão contratual aplicáveis à execução indireta de serviços.

12.2. A apuração da medição compreenderá o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, ressalvadas situações excepcionais relativas ao início ou encerramento da execução contratual.

12.3. Documentação para Medição

12.3.1. Para fins de medição mensal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de execução contendo, no mínimo:

- I – relatório consolidado das atividades assistenciais realizadas no período;
- II – relação nominal dos profissionais que atuaram na execução dos serviços;
- III – quantitativo de atendimentos ou procedimentos realizados;
- IV – identificação das unidades de saúde ou locais de execução das atividades;
- V – período de execução correspondente à medição.

12.3.2. A documentação apresentada deverá permitir a rastreabilidade e verificação da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 36 de 61

12.4. Conferência da Medição

12.4.1. A medição será analisada pelo fiscal do contrato, que verificará:

- I – conformidade da execução dos serviços com as atividades previstas no Termo de Referência;
- II – compatibilidade entre os serviços executados e os quantitativos informados;
- III – regularidade dos registros assistenciais e relatórios apresentados;
- IV – observância das condições contratuais e operacionais estabelecidas.

12.4.2. Após a verificação da conformidade da execução contratual, o fiscal emitirá atesto da medição, autorizando o encaminhamento do processo para liquidação da despesa e pagamento.

12.5. Ajustes e Glosas

12.5.1. A Administração poderá proceder a ajustes na medição apresentada quando constatadas inconsistências, divergências ou ausência de comprovação da execução dos serviços.

12.5.2. Poderão ser objeto de glosa os serviços que:

- I – não estejam devidamente comprovados por documentação idônea;
- II – tenham sido executados em desacordo com as condições estabelecidas no contrato;
- III – apresentem inconsistência entre os registros apresentados e os serviços efetivamente realizados.

12.6. Condicionamento do Pagamento

12.6.1. O pagamento mensal ficará condicionado:

- I – à validação da medição pelo fiscal do contrato;
- II – ao recebimento definitivo dos serviços executados no período;
- III – à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

13 – DA LIQUIDAÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 37 de 61

13.1. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios da execução do objeto contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e das disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Recebida a Nota Fiscal devidamente instruída e acompanhada da documentação comprobatória da execução dos serviços, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, observadas as normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

13.3. A liquidação ficará condicionada à verificação cumulativa de:

- I – recebimento definitivo dos serviços executados no período de referência;
- II – validação da medição mensal pelo fiscal do contrato;
- III – conformidade entre os serviços executados, os registros assistenciais e os relatórios de produção apresentados;
- IV – inexistência de pendências relativas a glosas, inconsistências ou inconformidades registradas pela fiscalização;
- V – apresentação de Nota Fiscal eletrônica regular e sem inconsistências formais;
- VI – manutenção das condições de habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

13.4. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

- a) identificação do contrato e da Ata de Registro de Preços correspondente;
- b) número da nota de empenho vinculada à despesa;
- c) período de referência da execução dos serviços;
- d) descrição dos serviços executados no período;
- e) quantitativos considerados na medição validada;
- f) valor unitário e valor total da cobrança;
- g) destaque das retenções tributárias incidentes, quando aplicáveis.

13.5. Havendo erro material, inconsistência documental ou divergência entre a Nota Fiscal apresentada e a medição validada pela fiscalização contratual, o prazo para liquidação ficará suspenso até a regularização formal pela contratada, não incidindo qualquer ônus para a Administração durante o período de saneamento.

13.6. Previamente à liquidação da despesa, a Administração verificará a manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante consulta aos sistemas oficiais disponíveis, tais como o SICAF ou equivalentes, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Página **38** de **61**

13.7. Constatada irregularidade superveniente na documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, a contratada será formalmente notificada para promover sua regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento.

13.8. A existência de irregularidade fiscal não impede, por si só, a liquidação da despesa referente a serviços já regularmente executados, desde que comprovada a boa-fé do contratado e inexistente risco à Administração, observada a jurisprudência dos Tribunais de Contas e resguardado o interesse público.

13.9. A liquidação da despesa não implica quitação plena ou renúncia a direitos da Administração quanto à apuração de eventuais irregularidades, vícios na execução dos serviços ou descumprimentos contratuais posteriormente identificados.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. 14.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, devendo a execução dos serviços ser realizada diretamente pela CONTRATADA, por meio de sua própria estrutura organizacional e de profissionais regularmente vinculados.

14.2. A vedação estabelecida neste item decorre da natureza assistencial dos serviços contratados, os quais demandam controle técnico, responsabilidade profissional e regularidade sanitária diretamente vinculados à empresa contratada.

14.3. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos serviços e pela observância de todas as obrigações técnicas, sanitárias, legais e contratuais decorrentes da presente contratação.

15 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DECORRENTES

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

15.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar a contratação

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **39** de **61**

dos serviços, constituindo mera expectativa de contratação, facultando-se à Administração a realização de licitação específica para o mesmo objeto, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 34 do Decreto nº 11.462/2023.

15.4. A vigência dos contratos decorrentes da Ata será definida no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo abranger a execução integral dos serviços contratados.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária correspondente não é exigida no momento da formação da Ata de Registro de Preços, devendo ser informada apenas quando da formalização de cada contratação decorrente da Ata, mediante a emissão da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

16.2. A despesa decorrente das contratações realizadas com fundamento na Ata de Registro de Preços correrá à conta das dotações orçamentárias próprias das unidades administrativas demandantes, que serão indicadas no momento da celebração do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos da legislação vigente.

16.3. A indicação da dotação orçamentária observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023 e nas demais normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

17 – DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR, PARTICIPANTES E DAS ADESÕES

17.1. A Secretaria Municipal de Saúde atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, sendo responsável pela condução do procedimento licitatório, pelo gerenciamento da Ata, pelo controle dos quantitativos registrados e pelo acompanhamento das contratações dela decorrentes.

17.2. Poderão integrar a Ata de Registro de Preços, na condição de órgãos participantes, as unidades administrativas que tenham manifestado interesse na fase preparatória da contratação e que tenham seus quantitativos devidamente consolidados no processo licitatório.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 40 de 61

17.3. A adesão de órgão ou entidade não participante da licitação à Ata de Registro de Preços ficará condicionada à observância do disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 31 e 32 do Decreto nº 11.462/2023, bem como à prévia anuência do órgão gerenciador e à concordância do fornecedor registrado.

17.4. As adesões individuais de órgãos ou entidades não participantes limitar-se-ão a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado para cada item, e o conjunto das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, observados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

18 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas, nos termos da legislação vigente.

18.2. Decorrido o período mínimo referido no item anterior, poderá ser aplicado reajustamento em sentido estrito, mediante a aplicação do índice de correção monetária previsto no edital e no contrato, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da contratação, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. O reajustamento tem por finalidade preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da variação ordinária dos custos de mercado, consistindo na aplicação do índice previamente estabelecido no instrumento convocatório.

18.4. Alteração ou Atualização dos Preços Registrados

18.4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, especialmente quando ocorrer:

I – força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

II – criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão nos preços registrados;

III – aplicação de cláusula de reajustamento ou repactuação prevista no edital ou no contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 41 de 61

18.5. Negociação em Caso de Preço Superior ao Mercado

18.5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.462/2023.

18.5.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir o preço aos valores praticados pelo mercado, poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, sendo convocados os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.5.3. Não obtido êxito na negociação, o órgão gerenciador poderá promover o cancelamento do registro de preços e adotar as medidas necessárias para obtenção de contratação mais vantajosa.

18.6. Alteração do Preço Registrado por Solicitação do Fornecedor

18.6.1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações assumidas, poderá ser requerida a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que demonstre a inviabilidade da execução nas condições inicialmente pactuadas, conforme o art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

18.6.2. O pedido deverá ser acompanhado de documentação comprobatória ou planilha de custos que evidencie a alteração das condições econômicas da contratação.

18.6.3. Não comprovada a ocorrência de fato superveniente que justifique a revisão pretendida, o pedido será indeferido, devendo o fornecedor cumprir as condições estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.

18.7. Comunicação aos Órgãos Contratantes

18.7.1. Eventual alteração dos preços registrados deverá ser comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos ou entidades que tenham firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para avaliação da necessidade de alteração contratual correspondente.

19 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, mediante

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 42 de 61

justificativa técnica e administrativa, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

19.2. Nas alterações unilaterais promovidas pela Administração, o contratado ficará obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Os acréscimos ou supressões de que trata este item deverão observar as mesmas condições contratuais originalmente pactuadas, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.4. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023, podendo eventuais alterações ocorrer exclusivamente nos contratos dela decorrentes, dentro dos limites legais.

20 – DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da liquidação regularmente processada da despesa, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

20.2. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, creditada na conta corrente indicada pela contratada, devendo esta estar em nome da empresa contratada e vinculada ao respectivo CNPJ.

20.3. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade da execução contratual, à validação da medição mensal e à comprovação da manutenção das condições de habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

20.4. Sobre os valores devidos incidirão as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive aquelas relativas a tributos federais, estaduais e municipais, quando aplicáveis.

20.5. Em caso de atraso no pagamento imputável exclusivamente à Administração, incidirá compensação financeira em favor da contratada, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

onde:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **43** de **61**

EM = encargos moratórios;

I = índice de compensação financeira correspondente a 0,00016438, equivalente a 6% (seis por cento) ao ano dividido por 365 dias;

N = número de dias de atraso, contados da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

20.6. A compensação financeira prevista neste item será devida apenas quando comprovado que o atraso ocorreu por responsabilidade exclusiva da Administração, não sendo aplicável quando houver pendência documental, inconsistência na medição ou irregularidade atribuível à contratada.

21 – DA GARANTIA DA PROPOSTA E DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Considerando a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas e a adequada execução contratual, será exigida garantia da proposta e garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 58 e 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. A garantia da proposta corresponderá a 1% do valor estimado da contratação.

21.3. A garantia de execução contratual corresponderá a 5% do valor inicial do contrato.

21.4. As garantias deverão ser apresentadas exclusivamente nas seguintes modalidades:

I – seguro garantia;

II – fiança bancária.

21.5. A limitação das modalidades de garantia decorre de restrições operacionais da estrutura administrativa municipal, inexistindo conta específica para controle de depósitos caução, o que poderia comprometer a rastreabilidade e a devolução dos valores, optando-se pelas modalidades de seguro garantia e fiança bancária, que apresentam maior segurança jurídica e operacional.

21.6. As garantias apresentadas pelos licitantes não vencedores serão liberadas após a homologação da licitação, mediante declaração formal da Administração.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 44 de 61

21.7. A garantia do licitante vencedor será liberada após a assinatura do contrato e apresentação da garantia de execução contratual.

22 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

22.1. A execução do contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração assegurar o adequado monitoramento da prestação dos serviços especializados de saúde executados pela equipe multidisciplinar contratada.

22.2. A fiscalização abrangerá o controle técnico-assistencial, administrativo e contratual da execução dos serviços, devendo ser designados:

- I – Gestor do Contrato;
- II – Fiscal Técnico;
- III – Fiscal Administrativo;
- IV – quando necessário, apoio técnico de profissional da área da saúde com conhecimento específico compatível com o objeto contratado.

22.3. Compete ao Fiscal Técnico:

I – acompanhar a execução material dos serviços prestados pela equipe multidisciplinar, verificando a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

II – verificar a regularidade da atuação dos profissionais designados pela contratada, inclusive quanto à habilitação profissional, registro nos respectivos conselhos de classe e manutenção dos vínculos profissionais exigidos;

III – acompanhar o cumprimento das escalas de trabalho, carga horária e presença efetiva dos profissionais disponibilizados pela contratada;

IV – monitorar a qualidade técnica dos serviços assistenciais prestados, observando a aderência a protocolos clínicos, diretrizes assistenciais e normas sanitárias aplicáveis;

V – verificar a conformidade dos registros de atendimento, relatórios técnicos e demais documentos que comprovem a execução dos serviços;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **45** de **61**

VI – registrar ocorrências relativas à execução contratual que possam comprometer a qualidade ou a continuidade do atendimento à população, comunicando imediatamente ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.

22.4. Compete ao Fiscal Administrativo:

I – acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada durante toda a vigência contratual;

II – verificar a conformidade documental das notas fiscais, relatórios de execução, registros de produção assistencial e demais documentos exigidos para fins de medição dos serviços;

III – controlar prazos contratuais, eventuais reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros e prorrogações contratuais;

IV – instruir os processos de liquidação e pagamento, condicionando-os à comprovação da efetiva prestação dos serviços e à validação das medições pelo fiscal técnico.

22.5. Compete ao Gestor do Contrato:

I – coordenar e supervisionar a atuação dos fiscais designados;

II – assegurar que a execução contratual observe integralmente a legislação aplicável aos serviços de saúde, inclusive normas sanitárias, regulatórias e profissionais pertinentes;

III – determinar providências imediatas em caso de falhas na execução dos serviços ou riscos à continuidade da assistência à população;

IV – instaurar processos administrativos para apuração de descumprimentos contratuais;

V – propor a aplicação de sanções administrativas, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.6. O descumprimento das obrigações técnicas, sanitárias ou assistenciais estabelecidas neste Termo de Referência será considerado infração contratual, podendo ensejar aplicação das penalidades cabíveis, inclusive advertência, multa, suspensão ou rescisão contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e ética-profissional eventualmente aplicáveis.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 46 de 61

23 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Constituem infrações administrativas, para fins deste contrato, aquelas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como o descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, técnicas, operacionais, assistenciais ou sanitárias assumidas pela CONTRATADA.

23.2 – Das Infrações Específicas Relacionadas ao Objeto

23.2.1. Sem prejuízo das hipóteses legais, configuram infração contratual, especialmente:

I – a inexecução total ou parcial dos serviços contratados;

II – a não disponibilização da equipe multidisciplinar nos quantitativos, especialidades ou cargas horárias estabelecidas neste Termo de Referência;

III – a ausência injustificada de profissionais nas escalas de atendimento, comprometendo a continuidade dos serviços assistenciais;

IV – a substituição de profissionais sem a devida comunicação ou sem comprovação de habilitação técnica e registro no respectivo conselho profissional;

V – a atuação de profissionais sem registro ativo no conselho de classe competente, quando exigido pela legislação profissional;

VI – o descumprimento de protocolos assistenciais, normas técnicas ou diretrizes sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde;

VII – a apresentação de informações ou registros de atendimento inverídicos, incompletos ou inconsistentes para fins de comprovação da execução dos serviços;

VIII – o descumprimento de obrigações relacionadas à qualidade técnica da assistência prestada, à organização das escalas de trabalho ou à produção assistencial contratada;

IX – a reincidência de não conformidades registradas pela fiscalização do contrato.

23.3 – Das Sanções Aplicáveis

23.3.1. Pela prática das infrações poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 47 de 61

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.4 – Da Dosimetria Objetiva das Multas

23.4.1. A multa será aplicada conforme a gravidade da infração, observada a seguinte graduação:

I – Infração Leve

(sem impacto relevante na continuidade da assistência)

Exemplos:

falhas formais documentais;

inconsistências pontuais em relatórios de execução;

primeira ocorrência sem prejuízo ao atendimento.

Multa: 0,5% a 2% sobre o valor da parcela afetada, podendo ser substituída por advertência.

II – Infração Média

(com impacto operacional moderado)

Exemplos:

atraso ou falha pontual na disponibilização de profissionais;

substituição de profissional sem comunicação prévia;

reincidência de infração leve.

Multa: 2% a 8% sobre o valor da parcela afetada.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **48** de **61**

III – Infração Grave

(com comprometimento relevante da execução do serviço)

Exemplos:

ausência de profissionais essenciais na equipe contratada;

atuação de profissional sem registro no conselho profissional competente;

descumprimento de protocolos assistenciais ou sanitários aplicáveis;

reincidência de infração média.

Multa: 8% a 20% sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo ensejar suspensão cautelar da execução dos serviços.

IV – Infração Gravíssima

(com comprometimento significativo da assistência à população ou dolo)

Exemplos:

paralisação injustificada dos serviços assistenciais;

apresentação de documentação ou registros assistenciais fraudulentos;

inexecução total do contrato;

reiteração sistemática de descumprimentos contratuais.

Multa: 20% a 30% sobre o valor da obrigação inadimplida ou do contrato, podendo ensejar rescisão contratual e impedimento de licitar.

23.5 – Do Agravamento por Risco Assistencial

23.5.1. Infrações que comprometam a continuidade dos serviços de saúde ou exponham usuários a risco assistencial serão consideradas circunstância agravante para fins de aplicação das sanções.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 49 de 61

23.5.2. Constatado risco iminente à continuidade do atendimento ou à segurança dos usuários, poderá a Administração determinar medidas imediatas de correção ou suspensão cautelar da execução contratual, sem prejuízo da instauração do processo sancionador.

23.6 – Do Registro e da Reincidência

23.6.1. As ocorrências serão registradas em instrumento formal de controle de não conformidades contratuais, servindo como elemento instrutório para eventual aplicação de penalidades.

23.6.2. A reincidência de infrações durante a vigência contratual poderá ensejar reenquadramento automático em faixa superior de gravidade.

23.7 – Do Processo Administrativo

23.7.1. A aplicação das penalidades observará:

- I – instauração de processo administrativo;
- II – notificação formal da contratada;
- III – concessão de prazo para apresentação de defesa;
- IV – decisão administrativa motivada;
- V – possibilidade de interposição de recurso administrativo.

23.8 – Da Cobrança das Multas

23.8.1. As multas aplicadas poderão ser:

- I – descontadas de pagamentos devidos à contratada;
- II – compensadas com valores da garantia contratual;
- III – cobradas judicialmente, quando necessário.

23.9 – Da Responsabilização por Atos Lesivos

23.9.1. Havendo indícios de prática de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, o fato será encaminhado à autoridade competente para apuração, sem prejuízo das sanções contratuais previstas neste instrumento.

24 – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **50** de **61**

24.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando metodologia compatível com a natureza técnica e assistencial dos serviços objeto desta contratação.

24.2. Considerando as características específicas da solução pretendida e a ausência de contratações públicas diretamente comparáveis identificadas nas bases oficiais de consulta, a Administração adotou como principal parâmetro de formação do preço estimado a pesquisa de mercado realizada por meio de coleta de cotações formais junto a empresas do setor.

24.3. As cotações foram obtidas a partir de aviso público de cotação previamente divulgado pela Administração Municipal, possibilitando a manifestação de interesse de empresas potencialmente aptas à execução dos serviços.

24.4. A estimativa do valor da contratação foi construída mediante consolidação dos valores unitários apresentados nas cotações recebidas, considerando as unidades de medição definidas para a execução dos serviços, tais como procedimentos assistenciais, turnos de trabalho e horas técnicas de mobilização das equipes profissionais.

24.5. Na análise das cotações foram observados critérios de compatibilidade entre os valores apresentados e as características técnicas do objeto, considerando:

- I – o escopo dos serviços assistenciais;
- II – a periodicidade das atividades previstas;
- III – as unidades de medição estabelecidas;
- IV – as condições operacionais necessárias à execução das ações de saúde no território municipal.

24.6. Sempre que necessário, foram aplicados critérios de depuração para exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, de modo a garantir maior confiabilidade à estimativa de custos elaborada.

24.7. A memória de cálculo detalhada, contendo a identificação das cotações obtidas, datas da pesquisa, valores apresentados e metodologia de consolidação adotada, integra os autos do processo administrativo correspondente.

24.8. O orçamento estimado da contratação permanecerá sob caráter sigiloso até a conclusão da fase de julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **51** de **61**

do acesso integral às informações pelos órgãos de controle interno e externo.

24.9. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o valor estimado será tornado público, passando a integrar os documentos divulgados do procedimento licitatório.

25 - DA HABILITAÇÃO

25.1. Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação tem por finalidade verificar o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da contratação, compreendendo:

- I – habilitação jurídica;
- II – qualificação técnica;
- III – regularidade fiscal, social e trabalhista;
- IV – qualificação econômico-financeira.

25.2. A documentação de habilitação será exigida do licitante vencedor, nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021, salvo se o edital dispuser de forma diversa.

25.2.1. A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, bem como a sua apresentação em desacordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, implicará a inabilitação do licitante classificado em primeiro lugar, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

25.2.2. Ressalva-se, contudo, a possibilidade de realização de diligência para saneamento de falhas formais ou complementação de informações relativas a documentos já apresentados, nos estritos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja substituição ou inclusão extemporânea de documentos que deveriam ter sido apresentados no momento próprio da habilitação.

25.2.3. Na análise da documentação de habilitação, poderá o Pregoeiro ou a Comissão de Licitação promover diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade exclusiva de:

- I – esclarecer ou complementar informações relativas a documentos já apresentados, desde que se refiram a fatos existentes à época da abertura do certame;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **52** de **61**

II – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de apresentação da proposta.

25.2.4. É vedada a substituição de documentos não apresentados originalmente, bem como a inclusão de documentos novos que deveriam ter sido entregues no momento próprio da habilitação.

25.3 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

25.3.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no registro civil competente, conforme o caso;

II – prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – comprovação de que a atividade econômica constante do objeto social é compatível com a prestação de serviços na área da saúde, incluindo serviços assistenciais, atividades médicas, odontológicas, de enfermagem, ou outras atividades profissionais da área da saúde relacionadas ao objeto da contratação.

25.3.2. Não serão exigidos documentos além daqueles estritamente necessários à comprovação da existência jurídica da empresa e da autorização para o exercício de atividades compatíveis com o objeto da contratação.

25.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

25.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (VERSÃO APERFEIÇOADA)

25.4.1 – Disposição Geral

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços assistenciais na área da saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar, as licitantes deverão comprovar qualificação técnica nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando-se também a legislação que regulamenta o exercício das profissões da área da saúde e o disposto na Lei nº 6.839/1980, que disciplina o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

25.4.2 – Do Registro da Pessoa Jurídica nos Conselhos Profissionais

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 53 de 61

A licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Regularidade da Pessoa Jurídica, válida na data da sessão pública, emitida pelos conselhos profissionais compatíveis com as atividades a serem executadas.

- a) Conselho Regional de Medicina – CRM;
- b) Conselho Regional de Enfermagem – COREN;
- c) Conselho Regional de Odontologia – CRO;
- d) Conselho Regional de Farmácia – CRF.

O registro da pessoa jurídica deverá estar ativo e regular, demonstrando que a empresa encontra-se legalmente habilitada para a prestação de serviços na área da saúde.

25.4.3 – Da Regularidade dos Profissionais

A licitante deverá comprovar que os profissionais indicados para execução dos serviços possuem registro profissional ativo nos respectivos conselhos de classe.

Deverão ser apresentados registros profissionais, conforme a categoria integrante da equipe assistencial:

- I – Conselho Regional de Medicina – CRM (médicos);
- II – Conselho Regional de Enfermagem – COREN (enfermeiros, técnicos e auxiliares);
- III – Conselho Regional de Odontologia – CRO (cirurgiões-dentistas e auxiliares de saúde bucal);
- IV – Conselho Regional de Farmácia – CRF (farmacêuticos).

Para fins de comprovação, deverão ser apresentados:

- I – certidão de regularidade profissional emitida pelo respectivo conselho;
- II – documento comprobatório de vínculo do profissional com a empresa, podendo consistir em:

contrato de trabalho;

contrato de prestação de serviços;

participação no quadro societário;

termo de compromisso de contratação para execução do contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **54** de **61**

25.4.4 – Da Capacidade Técnico-Operacional

A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

Os atestados deverão demonstrar experiência na execução de serviços assistenciais em saúde envolvendo:

atendimento clínico ou ambulatorial;

mobilização ou gestão de equipes multiprofissionais;

execução de ações assistenciais programadas ou itinerantes.

Não serão considerados suficientes atestados referentes exclusivamente a atividades administrativas ou serviços que não guardem compatibilidade com a natureza assistencial do objeto.

Não será exigida comprovação de percentual mínimo de quantitativo, cabendo à Administração avaliar a compatibilidade técnica dos serviços comprovados com a complexidade do objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

25.4.5 – Da Comprovação da Capacidade Mínima de Mobilização de Equipe

Considerando o modelo assistencial previsto no Estudo Técnico Preliminar, a licitante deverá demonstrar possuir capacidade técnico-operacional para mobilização de equipe multidisciplinar compatível com a execução dos serviços.

Para fins de demonstração da capacidade operacional mínima, a empresa deverá apresentar declaração de disponibilidade ou de mobilização de equipe, compatível com o seguinte arranjo assistencial estimado:

Médico generalista: 8 profissionais

Enfermeiro(a): 6 profissionais

Técnico de enfermagem: 6 profissionais

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página 55 de 61

Cirurgião-dentista: 5 profissionais

Técnico ou auxiliar de saúde bucal: 5 profissionais

Auxiliar administrativo: 6 profissionais

Farmacêutico(a): 2 profissionais

Atendente de farmácia: 4 profissionais

O referido quantitativo possui natureza referencial para aferição da capacidade técnico-operacional da licitante, não caracterizando contratação por posto de trabalho, permanecendo a medição dos serviços vinculada à produção assistencial e às ordens de serviço emitidas pela Administração.

25.4.6 – Do Sistema de Gestão da Qualidade

Considerando a necessidade de padronização dos processos assistenciais, rastreabilidade das atividades executadas e melhoria contínua da prestação dos serviços de saúde, a licitante deverá comprovar a adoção de sistema de gestão da qualidade.

Para atendimento a esse requisito, será admitida a apresentação de:

I – Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade baseada na norma ISO 9001, emitida por organismo certificador acreditado; ou

II – comprovação de sistema interno equivalente de gestão da qualidade, mediante apresentação de documentação que evidencie a existência de processos formalizados de controle, monitoramento e melhoria contínua das atividades.

25.4.7 – Da Estrutura Técnico-Operacional

A licitante deverá apresentar declaração formal de que dispõe ou terá disponibilidade, no momento da execução contratual, de:

I – equipe de profissionais da área da saúde devidamente habilitados;

II – estrutura administrativa para gestão das atividades assistenciais;

III – meios logísticos necessários para execução das ações assistenciais previstas neste Termo de Referência.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **56** de **61**

25.4.8 – Da Regularidade Sanitária

A licitante deverá apresentar Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão competente da Vigilância Sanitária municipal ou estadual, compatível com a prestação de serviços na área da saúde.

25.4.9 – Do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

A licitante deverá apresentar comprovante de cadastro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, emitido pelo sistema oficial do Ministério da Saúde.

O cadastro deverá estar compatível com as atividades assistenciais relacionadas ao objeto da contratação.

25.5 – DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

25.5.1. A licitante deverá apresentar a comprovação de:

- I – regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- II – regularidade relativa ao FGTS;
- III – regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- IV – declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

25.5.2. A licitante deverá comprovar inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o regime tributário aplicável ao seu ramo de atividade, devendo tal inscrição ser compatível com o objeto da contratação.

25.6 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

25.6.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

I – Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente:

- a) registrados na Junta Comercial competente; ou
- b) transmitidos por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **57** de **61**

II – comprovação de que as demonstrações contábeis foram elaboradas por profissional regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com registro ativo na data da apresentação;

III – Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

IV – Comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

V – Relação dos compromissos contratuais vigentes, firmados com a Administração Pública ou com particulares, que possam impactar a capacidade econômico-financeira da licitante, nos termos do art. 69, §3º.

25.6.2. Prazo de Exigibilidade das Demonstrações Contábeis, observado o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, em consonância com o art. 1.078 do Código Civil e o art. 132 da Lei nº 6.404/76:

I – Até o último dia útil do mês de abril do ano corrente, serão aceitas as demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios sociais já formalmente exigíveis;

II – A partir de 1º de maio, será obrigatória a apresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior.

25.6.2.1. A utilização do SPED ou o regime tributário adotado pela empresa não altera a regra acima.

25.6.3. Índices Econômico-Financeiros

25.6.3.1. Além do patrimônio líquido mínimo, a licitante deverá comprovar os seguintes índices contábeis, calculados com base nas demonstrações apresentadas:

I. Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

II. Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **58** de **61**

III. Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$

SG = Ativo Total / Passivo Total

25.6.3.2. Os índices econômico-financeiros deverão ser apurados com base nas demonstrações contábeis do último exercício social exigível e apresentados mediante memória de cálculo detalhada, assinada por contador regularmente inscrito no CRC, vedada a utilização de balanços intermediários ou balancetes não formalmente exigíveis.

25.6.3.3. A Administração poderá recalcular os índices com base nas demonstrações apresentadas, prevalecendo o resultado obtido pela análise técnica oficial.

25.6.4. Integralização e Consistência Patrimonial

I – O capital social considerado para fins de composição do patrimônio líquido deverá estar devidamente integralizado.

II – Caso tenha ocorrido aumento de capital nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da sessão pública, a Administração poderá exigir comprovação da efetiva integralização financeira.

III – Não serão admitidos balanços intermediários ou demonstrações contábeis elaboradas exclusivamente para fins de participação no certame.

IV – As demonstrações contábeis deverão estar acompanhadas das respectivas notas explicativas.

25.6.5. Relação de Contratos Vigentes

25.6.5.1. A licitante deverá apresentar relação detalhada de todos os contratos vigentes, firmados com a Administração Pública ou com particulares, que possam impactar sua capacidade econômico-financeira e operacional, contendo, no mínimo:

I – número ou identificação do contrato;

II – nome do contratante;

III – objeto contratado;

IV – valor global ou estimado da contratação;

V – data de início e término da vigência;

VI – percentual executado até a data da apresentação da documentação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **59** de **61**

25.6.5.2. A relação deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e por contador regularmente habilitado, responsabilizando-se ambos pela veracidade das informações prestadas.

25.6.5.2. A Administração poderá confrontar o volume financeiro dos contratos vigentes com:

- a) O patrimônio líquido apresentado;
- b) Os índices econômico-financeiros exigidos;
- c) A capacidade operacional declarada;
- d) Com a finalidade de aferir a real aptidão da licitante para assumir nova obrigação contratual, nos termos do art. 69, §3º, da lei nº 14.133/2021.

25.6.5.3. Havendo inconsistência, poderá ser realizada diligência para esclarecimentos, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada a inclusão de contratos não informados ou a retificação substancial da relação apresentada.

25.6.6. A exigência de patrimônio líquido mínimo e dos índices econômico-financeiros encontra-se justificada nos autos em razão:

- I – da natureza contínua do serviço de alimentação pronta para consumo;
- II – do risco sanitário inerente à atividade;
- III – da necessidade de capital de giro para aquisição de insumos perecíveis;
- IV – da necessidade de garantir continuidade do fornecimento e evitar desassistência alimentar.

25.6.7. Vedação a Exigências Indevidas

É vedada a exigência de:

- I – faturamento mínimo anterior;
- II – índices de rentabilidade ou lucratividade;
- III – critérios não usualmente adotados para avaliação da situação econômico-financeira, nos termos do art. 69, §§2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

25.6.8. Diligência e Responsabilização

I – Poderá ser realizada diligência para esclarecimento ou complementação de informações relativas a documentos já apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **60** de **61**

a substituição ou criação extemporânea de documentos inexistentes à época da abertura do certame.

II – A apresentação de demonstrações contábeis com informações inverídicas ou manipuladas caracterizará infração administrativa grave, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de controle competentes.

25.7 – DAS DECLARAÇÕES

- I – declaração de que a proposta contempla a integralidade dos encargos trabalhistas;
- II – declaração de cumprimento das normas de inclusão de pessoa com deficiência;
- III – declaração de conhecimento das condições locais de execução.

25.8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- I – Não será admitida a substituição de documentos após a entrega, salvo diligência para esclarecimento ou atualização de validade (art. 64);
- II – Erros formais poderão ser saneados, desde que não alterem a substância do documento;
- III – Empresas constituídas no exercício financeiro poderão apresentar balanço de abertura.

26 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, inclusive aquelas relativas a mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, emolumentos, seguros, deslocamentos, logística, equipamentos, materiais e demais custos operacionais, correrão integralmente por conta da CONTRATADA, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade adicional além daquela expressamente prevista no contrato.

26.2. As normas que disciplinam o presente procedimento licitatório serão interpretadas em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e interesse público, buscando-se a ampliação da disputa entre os interessados sempre que tal interpretação não comprometer a finalidade da contratação, a segurança jurídica do certame ou a adequada execução do objeto.

26.3. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e nos princípios gerais do direito administrativo aplicáveis às contratações públicas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Página **61** de **61**

26.4. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente procedimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação e à equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Tarauacá, por meio dos canais oficiais indicados no instrumento convocatório, ou protocolados na sede da Administração, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Centro, Tarauacá/AC, bem como por meio do endereço eletrônico institucional contratacoestk@gmail.com, observado o prazo estabelecido no edital.

Tarauacá/AC, 05 de março de 2026.

Elaborado por:

Aprovado por:

Gleisson de Araújo Feitosa
Diretor Administrativo Sec. Saúde
Portaria n 1359/2025

Francisco Romário de Oliveira Costa
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 086/2025



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE

Órgão Demandante: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde.

Área Técnica Responsável: Atenção Básica de Saúde.

Natureza da Contratação: Serviços continuados.

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em estrita consonância com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), constituindo instrumento técnico obrigatório da fase preparatória, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a viabilidade, a necessidade e a adequação da contratação pretendida.

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a viabilidade técnica, operacional e econômica de Registro de Preços, para contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde, composta por profissionais de diversas especialidades, destinados ao atendimento da população do Município de Tarauacá/AC.

A contratação visa ampliar a capacidade assistencial da rede municipal de saúde, especialmente para o atendimento de demandas reprimidas e para a realização de ações itinerantes em comunidades de difícil acesso, considerando as particularidades geográficas e sociais do território municipal.

A necessidade da contratação decorre, entre outros fatores, de:

- I. Insuficiência de profissionais em determinadas especialidades no âmbito da rede municipal de saúde;
- II. Grande extensão territorial do município e presença de comunidades rurais e ribeirinhas, que demandam estratégias diferenciadas de atendimento;
- III. Dificuldades estruturais para fixação permanente de profissionais especializados no interior do estado;
- IV. Crescimento da demanda por atendimentos especializados na rede pública municipal.

A solução proposta busca ampliar a resolutividade da Atenção Primária à Saúde e dos serviços especializados, reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes para outros municípios, fortalecendo a rede municipal de atenção à saúde e promovendo maior efetividade das políticas públicas de saúde.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A presente contratação será estruturada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, o Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da administração pública e o Decreto Municipal nº 129/2023, que disciplina os procedimentos de contratação pública no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

2. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender à demanda contínua e crescente por serviços especializados de saúde no âmbito da rede municipal de atenção à saúde, especialmente no que se refere à ampliação da capacidade assistencial das equipes de atenção básica e ao fortalecimento das ações de atendimento especializado à população do Município de Tarauacá/AC.

O Município de Tarauacá apresenta características territoriais, demográficas e socioeconômicas que impõem desafios relevantes à organização e à prestação regular dos serviços públicos de saúde, destacando-se a grande extensão territorial, a existência de comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso e a necessidade de implementação de estratégias assistenciais diferenciadas para garantir a universalidade e a equidade no acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dados demográficos e sanitários indicam que o município possui população superior a 43 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2022), figurando entre os municípios mais populosos do Estado do Acre. Ao mesmo tempo, indicadores de saúde apontam desafios significativos, como elevados índices de vulnerabilidade social, demanda reprimida por atendimentos especializados e indicadores preocupantes relacionados à saúde materno-infantil, incluindo elevados índices de gravidez na adolescência.

A rede municipal de saúde é composta por unidades básicas de saúde, equipes de Estratégia Saúde da Família e estruturas de apoio assistencial, responsáveis pelo atendimento da população tanto na zona urbana quanto nas comunidades rurais e ribeirinhas.

Embora a rede municipal desempenhe papel fundamental na organização da atenção primária à saúde, verifica-se insuficiência de profissionais em determinadas especialidades e limitações estruturais para absorver integralmente a demanda assistencial existente, o que resulta em aumento da demanda reprimida e na necessidade de encaminhamento de pacientes para outros municípios.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde constitui medida estratégica para fortalecer a capacidade operacional da rede municipal de saúde, possibilitando a realização de atendimentos especializados, ações itinerantes e campanhas de promoção e prevenção em saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A atuação de equipe multidisciplinar possibilita abordagem integrada das necessidades de saúde da população, reunindo profissionais de diferentes áreas do conhecimento para atuação conjunta no diagnóstico, tratamento, reabilitação e acompanhamento dos usuários do sistema público de saúde.

A ampliação da oferta de serviços por meio de equipe multidisciplinar mostra-se especialmente relevante diante das características territoriais do município, que exigem a realização de ações itinerantes de saúde em localidades de difícil acesso, bem como estratégias de atendimento que ampliem a cobertura assistencial e reduzam desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

A contratação permitirá o fortalecimento das políticas públicas de saúde, contribuindo para a ampliação da resolutividade da atenção primária, a redução da demanda reprimida por atendimentos especializados e a melhoria dos indicadores de saúde da população.

Diante desse cenário, a contratação pretendida configura-se como medida necessária e estratégica para assegurar a continuidade e a ampliação dos serviços assistenciais prestados à população, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

A iniciativa encontra-se alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, prevenção e continuidade do serviço público, bem como às diretrizes da política pública de saúde, constituindo instrumento essencial para o fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC, mediante a disponibilização de equipe multidisciplinar especializada, destinada ao fortalecimento das ações de atenção primária, prevenção, diagnóstico e acompanhamento clínico da população.

A Secretaria Municipal de Saúde tem desenvolvido, nos últimos anos, diversas estratégias para ampliar o acesso da população aos serviços públicos de saúde, especialmente por meio da realização de ações itinerantes em comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, bem como pela expansão da cobertura assistencial nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana.

As experiências obtidas a partir dessas ações itinerantes e mutirões de atendimento demonstraram, de forma concreta, a existência de demanda reprimida por serviços de saúde, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de atendimentos especializados e de fortalecimento da atuação integrada de profissionais de diferentes áreas da saúde.

Paralelamente, a gestão municipal vem estruturando medidas destinadas à ampliação do acesso da população aos serviços de saúde na zona urbana, incluindo a extensão do

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

horário de funcionamento de determinadas Unidades Básicas de Saúde, com previsão de atendimentos em regime rotacional aos finais de semana e em horários estendidos, podendo alcançar o período noturno até as 22h, de modo a atender usuários que não conseguem acessar os serviços durante o horário regular.

Tais iniciativas evidenciam a necessidade de estruturação de modelo assistencial mais abrangente e resolutivo, capaz de integrar atendimentos realizados nas unidades fixas da rede municipal com ações itinerantes voltadas às populações residentes em áreas de difícil acesso geográfico.

Soma-se a esse contexto o fato de que o Município de Tarauacá dispõe de capacidade hospitalar limitada, contando com apenas uma unidade hospitalar de gestão estadual destinada predominantemente ao atendimento de urgência e emergência, além de uma maternidade estadual, sendo as demais unidades de saúde responsáveis pela assistência ambulatorial e pela atenção primária vinculadas à gestão municipal.

Nesse cenário, a ampliação da atuação de equipes multidisciplinares de saúde torna-se instrumento fundamental para fortalecer a atenção básica, ampliar a resolutividade da rede municipal, reduzir a sobrecarga dos serviços hospitalares e assegurar maior acesso da população a serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Ressalte-se, ainda, que a execução direta desses serviços pelo Município encontra limitações relacionadas à inexistência de quadro próprio suficiente de profissionais especializados, bem como à necessidade de mobilização logística e operacional compatível com a extensão territorial e as particularidades geográficas da região.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar a continuidade e a ampliação das ações de saúde desenvolvidas pelo Município, garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas e melhor atendimento às necessidades da população.

A contratação encontra respaldo nos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, prevenção de riscos e continuidade do serviço público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, que preconizam a ampliação do acesso e a integralidade da assistência à saúde.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA, SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2022), o Município de Tarauacá possui população estimada de aproximadamente 43.464 habitantes, figurando atualmente como o terceiro município mais populoso do Estado do Acre.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/tarauaca/panorama>

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O território municipal apresenta grande extensão geográfica e baixa densidade populacional, com significativa presença de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas distribuídas em áreas de difícil acesso, circunstância que impõe desafios logísticos relevantes à prestação regular e contínua dos serviços públicos de saúde.

A configuração territorial da região amazônica, caracterizada pela presença de extensas áreas fluviais e comunidades isoladas, exige da gestão pública a adoção de estratégias diferenciadas de organização da atenção à saúde, incluindo ações itinerantes, utilização de unidades móveis e ampliação da cobertura assistencial em localidades remotas.

Dados provenientes do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, disponibilizados pelo DATASUS, indicam a existência de desafios sanitários relevantes no município e na região, destacando-se:

- I. Taxas historicamente elevadas de mortalidade infantil em comparação com médias nacionais;
- II. Elevada incidência de gravidez na adolescência;
- III. Vulnerabilidades socioeconômicas que impactam diretamente os indicadores de saúde da população.

Consulta pública disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>

Levantamento divulgado pela imprensa nacional, com base em dados do IBGE, do Ministério da Saúde e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – ONU, apontou que o Município de Tarauacá figura entre os municípios brasileiros com maior incidência de gravidez na adolescência entre meninas de 10 a 14 anos.

Conforme os dados analisados, no ano de 2022 foram registradas aproximadamente 12,5 gestações para cada 1.000 meninas nessa faixa etária, índice considerado elevado sob a perspectiva das políticas públicas de saúde, proteção social e desenvolvimento humano.

Fonte jornalística: <https://ac24horas.com/2025/08/11/tres-cidades-do-acre-estao-entre-as-dez-com-maiores-taxas-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil/>

O estudo também evidencia que oito dos dez municípios brasileiros com maiores índices de gravidez precoce estão localizados na Região Norte, sendo que o Estado do Acre possui três municípios entre os dez primeiros colocados, incluindo Tarauacá.

A gravidez na adolescência constitui fenômeno complexo sob o ponto de vista social, sanitário e educacional, frequentemente associado a fatores como:

- I. Vulnerabilidade socioeconômica;
- II. Insuficiência de acesso à informação e educação em saúde;
- III. Situações de violência sexual;
- IV. Dificuldades de acesso contínuo aos serviços de saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Importa destacar que, nos termos da legislação penal brasileira, relações sexuais envolvendo menores de 14 anos configuram, em tese, crime de estupro de vulnerável, circunstância que reforça a necessidade de atuação integrada entre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Além dos impactos imediatos sobre a saúde materno-infantil, a gravidez precoce apresenta repercussões significativas no campo educacional e socioeconômico. Estudos do IBGE indicam que a gestação na adolescência constitui uma das principais causas de evasão escolar feminina na América Latina, sendo que, no Brasil, aproximadamente 60% das mães adolescentes encontram-se fora da escola e do mercado de trabalho.

Paralelamente aos desafios epidemiológicos identificados, o Município de Tarauacá tem desenvolvido ações de saúde itinerante destinadas a ampliar o acesso da população rural, ribeirinha e indígena aos serviços assistenciais.

Entre essas iniciativas destaca-se o programa “Prefeitura na Comunidade”, que leva equipes multiprofissionais a localidades ao longo do Rio Muru e outras regiões de difícil acesso.

A experiência acumulada pela Secretaria Municipal de Saúde demonstra que essas ações itinerantes são essenciais para garantir o acesso da população aos serviços de saúde, especialmente em comunidades onde a locomoção até a sede do município depende de deslocamentos fluviais prolongados.

Todavia, a execução dessas ações tem sido realizada com capacidade operacional limitada, em razão da disponibilidade restrita de profissionais especializados e da necessidade de ampliação da oferta de atendimentos multidisciplinares.

Foi justamente a partir da experiência prática dessas ações itinerantes e da observação direta da elevada demanda assistencial nas comunidades atendidas que se evidenciou a necessidade de estruturação de estratégia mais robusta e permanente de atendimento multiprofissional, capaz de ampliar a cobertura assistencial e garantir maior resolutividade às ações de saúde pública.

Nesse contexto, a contratação de equipe multidisciplinar de saúde, com capacidade de atuação em unidades fixas e em ações itinerantes, constitui medida estratégica para fortalecer a rede municipal de atenção à saúde, ampliar o alcance das políticas públicas sanitárias e reduzir desigualdades territoriais no acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde.

Dados divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde municipal indicam que mais de 1.300 atendimentos integrados foram realizados em apenas um dia de mobilização do programa, incluindo consultas médicas, atendimento odontológico, vacinação, exames laboratoriais e distribuição de medicamentos.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fonte institucional: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/single-post/prefeitura-na-comunidade-registra-mais-de-1-311-atendimentos-no-primeiro-dia-de-a%C3%A7%C3%A3o-no-rio-muru>

Em mobilizações ampliadas realizadas ao longo de vários dias, o programa registrou mais de 3.800 atendimentos em comunidades ribeirinhas, evidenciando a existência de demanda significativa por serviços públicos de saúde nessas localidades.

Fonte jornalística: <https://ac24horas.com/2026/02/27/programa-prefeitura-na-comunidade-registra-3-835-atendimentos-em-quatro-dias-de-mobilizacao-no-rio-muru/>

Além disso, iniciativas de saúde itinerante voltadas a populações indígenas têm sido realizadas na região, incluindo atendimentos médicos e odontológicos em aldeias localizadas nas regiões de São Vicente e Humaitá, com foco na ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde e na redução de vulnerabilidades sanitárias.

Fonte institucional: <https://agencia.ac.gov.br>

A experiência acumulada pelo Município demonstra que a utilização de equipes multidisciplinares em ações itinerantes constitui estratégia eficaz para ampliar a cobertura assistencial, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas com menor acesso à rede regular de serviços de saúde.

Entre os benefícios observados com esse modelo de atuação destacam-se:

- I. Ampliação do acesso a serviços de atenção materno-infantil;
- II. Fortalecimento das ações de planejamento reprodutivo e educação em saúde;
- III. Identificação precoce de situações de risco social ou sanitário;
- IV. Redução de vazios assistenciais em áreas rurais e ribeirinhas;
- V. Melhoria da resolutividade da rede municipal de atenção à saúde.

Diante desse cenário demográfico, epidemiológico e territorial, a ampliação da oferta de serviços por meio de equipes multidisciplinares de saúde, com capacidade de atuação em unidades fixas e em ações itinerantes, constitui medida estratégica para fortalecer a rede municipal de atenção à saúde, reduzir desigualdades no acesso aos serviços públicos e promover melhoria dos indicadores sanitários da população.

Além das ações itinerantes desenvolvidas para atendimento das populações residentes em comunidades rurais e ribeirinhas, a Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá tem estruturado estratégias voltadas à ampliação da capacidade assistencial da rede urbana de atenção básica, com o objetivo de reduzir a demanda reprimida por atendimentos e ampliar o acesso da população aos serviços de saúde.

Entre as medidas em fase de implementação destaca-se a extensão do horário de funcionamento de determinadas Unidades Básicas de Saúde – UBS, mediante a adoção de sistema rotacional de equipes, permitindo a realização de atendimentos em horários



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

estendidos durante a semana e em períodos noturnos, inclusive até as 22h, bem como a oferta de atendimentos aos finais de semana em unidades previamente definidas pela gestão municipal.

Essa estratégia busca ampliar a oferta de consultas, procedimentos e ações de promoção da saúde para a população que, por motivos laborais ou logísticos, encontra dificuldades em acessar os serviços de saúde durante o horário convencional de funcionamento das unidades.

A ampliação dos horários de atendimento nas unidades urbanas, somada às ações itinerantes realizadas nas comunidades rurais e ribeirinhas, evidencia a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da rede municipal de saúde, especialmente por meio da atuação de equipes multidisciplinares capazes de atender diferentes perfis de demanda assistencial.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde constitui medida estratégica para assegurar a ampliação da cobertura assistencial, a melhoria da resolutividade da atenção básica e a continuidade das políticas públicas de saúde implementadas pelo Município de Tarauacá.

Cumprir destacar que a rede assistencial existente no Município de Tarauacá apresenta características estruturais que reforçam a necessidade de fortalecimento da atenção básica municipal.

No âmbito da rede pública de saúde instalada no município, existe apenas uma unidade hospitalar de gestão estadual, destinada predominantemente ao atendimento de urgência e emergência, bem como uma maternidade estadual, responsável pelos atendimentos obstétricos e pela assistência ao parto.

As demais unidades de saúde existentes no território municipal, especialmente aquelas responsáveis pela atenção primária e pelos atendimentos ambulatoriais à população, encontram-se sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo Unidades Básicas de Saúde, equipes da Estratégia Saúde da Família e demais estruturas de apoio assistencial.

Nesse contexto, observa-se que a rede municipal de saúde assume papel central na organização da atenção à saúde da população, sendo responsável por grande parte das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento clínico, assistência ambulatorial e encaminhamento adequado de pacientes para níveis de maior complexidade quando necessário.

A limitação da capacidade hospitalar local, aliada à grande demanda assistencial da população e às dificuldades de acesso geográfico enfrentadas por comunidades rurais e ribeirinhas, reforça a necessidade de fortalecimento da atenção básica e da ampliação da oferta de atendimentos especializados no âmbito da rede municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dessa forma, a ampliação da atuação de equipes multidisciplinares de saúde, tanto em unidades fixas quanto em ações itinerantes, constitui medida estratégica para ampliar a resolutividade da rede municipal, reduzir a sobrecarga dos serviços hospitalares e garantir maior acesso da população aos serviços de saúde.

O Município de Tarauacá/AC possui rede de atenção primária estruturada por meio de Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas entre áreas urbanas, rurais e fluviais, responsáveis pela execução das ações de promoção, prevenção e assistência básica à saúde da população.

Conforme registros do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, a rede municipal de atenção primária é composta por aproximadamente sete a nove unidades de saúde, entre unidades fixas e estruturas móveis destinadas ao atendimento de comunidades de difícil acesso.

Entre as principais unidades de saúde existentes no município destacam-se:

- a) UBS Maria Espanho;
- b) UBS Padre Hubert Grossheim;
- c) UBS Maria da Luz;
- d) UBS Maria Francisca da Costa Cabral;
- e) UBS 24 de Abril;
- f) UBS José Leôncio Gomes Rodrigues;
- g) UBS Porto Marques;
- h) UBS João Wanderlei;
- i) Unidade Fluvial de Saúde – conhecida localmente como Unidade Fluvial Dezinho ou Posto da Balsa, destinada ao atendimento de populações ribeirinhas e comunidades de difícil acesso.

Essas unidades compõem a base operacional da Estratégia Saúde da Família – ESF, sendo responsáveis pelo atendimento da população urbana, rural e ribeirinha, mediante oferta de serviços de atenção básica, acompanhamento clínico, imunização, ações de saúde bucal, atividades preventivas e encaminhamentos para níveis assistenciais de maior complexidade.

Importa destacar que, apesar da existência dessas unidades, o município enfrenta desafios estruturais decorrentes de fatores geográficos, demográficos e operacionais, especialmente em razão da grande extensão territorial, da presença de comunidades isoladas e da necessidade de deslocamentos fluviais para atendimento de parte significativa da população.

Nesse contexto, o sistema de saúde local tem sido objeto de acompanhamento e recomendações institucionais por órgãos de controle, a exemplo de fiscalizações realizadas pelo Ministério Público do Estado do Acre – MP/AC, que têm apontado a necessidade de aperfeiçoamento da infraestrutura das unidades de saúde e da melhoria de mecanismos de

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

controle administrativo, incluindo sistemas de registro de frequência e organização do atendimento assistencial.

Tais circunstâncias evidenciam a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere à ampliação da oferta de serviços especializados, à melhoria do acesso da população aos atendimentos e à implementação de estratégias que permitam maior resolutividade da atenção primária.

Nesse cenário, a contratação de equipe multidisciplinar especializada constitui medida estratégica para apoiar a rede municipal existente, ampliar a cobertura assistencial, qualificar o atendimento à população e assegurar maior eficiência na execução das políticas públicas de saúde no âmbito do Município de Tarauacá.

No processo de diagnóstico das necessidades assistenciais da rede municipal de saúde, também foi identificada demanda relevante por ampliação de serviços nas áreas de atenção psicossocial e acompanhamento social de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas do território municipal.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde avalia a futura ampliação da atuação de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, com o objetivo de fortalecer o atendimento integral à população e complementar as ações desenvolvidas pelas equipes de atenção básica.

Registra-se, entretanto, que eventual contratação desses profissionais dependerá da conclusão de estudos técnicos específicos e da realização de pesquisa de preços própria, encontrando-se atualmente em fase preliminar de levantamento e planejamento, não integrando o objeto da presente contratação.

Cumprе destacar que o Município de Tarauacá dispõe de unidade de saúde fluvial destinada ao atendimento de comunidades ribeirinhas e localidades de difícil acesso, constituindo importante estratégia de ampliação da cobertura assistencial em áreas afastadas da sede municipal.

Todavia, as condições climáticas e hidrológicas da região impõem limitações sazonais relevantes ao funcionamento dessa estrutura. No município de Tarauacá, o período de estiagem ocorre, de forma geral, entre os meses de maio e novembro, intervalo caracterizado por baixos índices de precipitação, elevação das temperaturas e redução significativa dos níveis dos rios e igarapés da região.

Durante esse período, especialmente entre setembro e novembro, quando ocorre o pico da seca, os níveis do Rio Tarauacá podem atingir patamares críticos que comprometem a navegabilidade em diversos trechos, dificultando ou mesmo impedindo o deslocamento regular da unidade de saúde fluvial.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Registros recentes indicam que, em anos de estiagem severa, o nível do Rio Tarauacá já alcançou valores inferiores a 75 centímetros, situação que inviabiliza a navegação normal e compromete o acesso de embarcações a determinadas comunidades ribeirinhas.

Nessas circunstâncias, comunidades localizadas ao longo de rios e igarapés passam a enfrentar dificuldades adicionais de acesso aos serviços de saúde, exigindo da gestão municipal a adoção de estratégias complementares para garantir a continuidade da assistência à população.

Diante desse cenário, torna-se necessária a mobilização de equipes multidisciplinares para atendimento em diferentes localidades do território municipal por meio de ações itinerantes e deslocamentos específicos das equipes, assegurando que a população residente em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso não permaneça desassistida durante os períodos de restrição de navegabilidade.

Assim, a previsão de mecanismos logísticos que permitam a mobilização das equipes profissionais constitui medida essencial para garantir a continuidade das ações assistenciais da rede municipal de saúde ao longo de todo o ano, independentemente das variações sazonais que afetam a navegabilidade dos rios da região.

Diante dessas características territoriais, logísticas e sazonais, a organização das ações de saúde no Município de Tarauacá demanda a adoção de estratégias operacionais que permitam a mobilização de equipes profissionais para atuação tanto nas unidades fixas da rede municipal quanto em ações itinerantes realizadas em diferentes localidades do território.

Em razão da extensão geográfica do município, da dispersão populacional e das limitações de navegabilidade verificadas em determinados períodos do ano, torna-se necessário prever mecanismos que possibilitem a adequada mobilização das equipes multidisciplinares de saúde entre diferentes pontos de atendimento, assegurando a continuidade das ações assistenciais e a manutenção do acesso da população aos serviços públicos de saúde.

Nesse contexto, a estruturação da contratação contemplando não apenas a execução de procedimentos assistenciais, mas também a previsão de mobilização operacional das equipes profissionais, constitui medida compatível com as características territoriais do município e necessária à adequada execução das políticas públicas de saúde.

5 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICÁVEIS

A presente demanda encontra respaldo em diversos instrumentos normativos e diretrizes de políticas públicas voltadas à organização do sistema de saúde e à ampliação do acesso da população aos serviços assistenciais, destacando-se:

- a) Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 196 a 200, que consagram a saúde como direito de todos e dever do Estado, a ser garantida mediante políticas

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- b) Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza o Sistema Único de Saúde – SUS;
 - c) Lei nº 8.142/1990, que trata da participação da comunidade na gestão do SUS e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros;
 - d) Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, que estabelece a prioridade absoluta às políticas públicas destinadas à proteção integral de crianças e adolescentes;
 - e) Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, instituída pelo Ministério da Saúde, que estabelece a Atenção Primária como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde e orienta a organização da assistência mediante equipes multiprofissionais;
 - f) Política Nacional de Saúde Bucal – Programa Brasil Sorridente, que orienta a ampliação do acesso da população aos serviços odontológicos, com ênfase em ações preventivas, educativas e curativas no âmbito da atenção primária;
 - g) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, voltada à promoção da saúde, prevenção de agravos e ampliação do acesso a serviços especializados;
 - h) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, que estabelece diretrizes para o atendimento integral dessa população;
 - i) Diretrizes do Sistema Único de Saúde voltadas à ampliação do acesso em territórios remotos, rurais e ribeirinhos, incluindo estratégias de atendimento itinerante, unidades móveis e equipes multiprofissionais voltadas a populações de difícil acesso;
 - j) Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas, conforme disposto nos arts. 18 e seguintes, que estabelecem a necessidade de análise prévia das demandas administrativas e da definição da solução mais adequada para atendimento do interesse público.

A adoção de solução assistencial baseada na atuação de equipes multidisciplinares de saúde, com possibilidade de execução tanto em unidades fixas quanto em ações itinerantes, mostra-se plenamente compatível com as diretrizes estruturantes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no que se refere aos princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso às ações e serviços de saúde.

Tal modelo assistencial permite ampliar a resolutividade da rede municipal de saúde, fortalecer a atuação da atenção primária, apoiar as ações desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde e complementar as estratégias já adotadas pela gestão municipal, incluindo atendimentos itinerantes voltados às comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas do território municipal.

Ademais, a contratação pretendida contribui para viabilizar a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde em horários estendidos e em diferentes pontos do território municipal, em consonância com as políticas públicas de ampliação do acesso e de fortalecimento da atenção básica preconizadas pelo Ministério da Saúde.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nesse contexto, a solução proposta revela-se compatível com as diretrizes nacionais de organização da assistência à saúde e adequada às características territoriais, demográficas e epidemiológicas do Município de Tarauacá/AC, contribuindo para o aprimoramento da rede municipal de saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DOS SERVIÇOS PRETENDIDOS

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de equipe multidisciplinar em saúde, com disponibilização de profissionais de diferentes especialidades destinados à execução de atendimentos assistenciais, ações de promoção e prevenção em saúde, acompanhamento clínico e atividades de apoio operacional no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC.

Durante a fase de planejamento da contratação foram analisadas diferentes alternativas para atendimento da demanda identificada, considerando aspectos técnicos, administrativos, operacionais e econômicos.

Dentre as alternativas avaliadas destacam-se:

I – Execução direta pela Secretaria Municipal de Saúde Pública Municipal, hipótese considerada inviável diante da inexistência de estrutura física adequada, da ausência de profissionais especializados suficientes no quadro permanente e da complexidade operacional envolvida na prestação dos serviços multidisciplinares de saúde.

II – Contratação individualizada de profissionais especializados, alternativa que implicaria fragmentação da gestão contratual, maior complexidade administrativa e dificuldades de coordenação das equipes e dos atendimentos.

III – Credenciamento de prestadores de serviços, solução que não asseguraria a necessária organização das equipes multidisciplinares nem a previsibilidade operacional necessária para atendimento das demandas programadas da rede municipal de saúde.

IV – Contratação de empresa especializada, alternativa que permite a integração das equipes, padronização dos procedimentos assistenciais, maior eficiência administrativa e melhor controle da execução contratual.

A solução foi estruturada de forma a permitir a atuação integrada das equipes profissionais tanto nas Unidades Básicas de Saúde da rede municipal quanto em ações itinerantes destinadas ao atendimento de comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso, observadas as características territoriais, demográficas e epidemiológicas do município.

Considerando o diagnóstico apresentado neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere à grande extensão territorial do município, à dispersão geográfica da

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

população, às limitações logísticas de acesso a determinadas comunidades e às variações sazonais que afetam a navegabilidade dos rios da região, a solução assistencial proposta contempla modelo operacional capaz de assegurar maior flexibilidade na organização das ações de saúde.

Nesse contexto, a contratação foi estruturada em dois conjuntos distintos de serviços, organizados em lotes, que refletem as diferentes naturezas das atividades necessárias para a execução adequada das ações assistenciais:

- a) Grupo 01 – Procedimentos assistenciais e serviços de apoio operacional; e,
- b) Grupo 02 – Mobilização e deslocamento técnico das equipes profissionais.

O Grupo 01 compreende a execução direta de procedimentos assistenciais e atividades de apoio operacional realizadas pelos profissionais da equipe multidisciplinar, abrangendo atendimentos clínicos, procedimentos de enfermagem, serviços odontológicos, atividades de saúde coletiva, apoio administrativo e dispensação assistida de medicamentos.

Os serviços previstos nesse lote serão executados nas Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, em pontos de atendimento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou em ações itinerantes realizadas em comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso.

Os procedimentos previstos contemplam a atuação de diferentes categorias profissionais, incluindo, entre outros:

- a) Médicos generalistas, responsáveis pela realização de consultas médicas ambulatoriais e acompanhamento clínico dos usuários do sistema de saúde;
- b) Enfermeiros, responsáveis por consultas de enfermagem, acompanhamento pré-natal, puericultura, realização de exames, procedimentos clínicos e ações de educação em saúde;
- c) Técnicos de enfermagem, responsáveis por atividades de apoio assistencial, imunização, curativos, visitas domiciliares e acompanhamento de pacientes;
- d) Cirurgiões-dentistas e auxiliares de saúde bucal, responsáveis pela execução de procedimentos odontológicos preventivos e curativos no âmbito da atenção básica;
- e) Profissionais farmacêuticos e atendentes de farmácia, responsáveis pela dispensação assistida de medicamentos e pelo apoio às atividades da assistência farmacêutica;
- f) Profissionais de apoio administrativo, responsáveis pelo suporte operacional às atividades assistenciais e à organização dos atendimentos realizados nas unidades de saúde.

Os serviços serão remunerados por meio de unidades de procedimento ou unidades de atendimento, conforme especificado na planilha de composição do lote, permitindo maior transparência na mensuração da produção assistencial efetivamente realizada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O Grupo 02 contempla a remuneração do tempo técnico destinado à mobilização e ao deslocamento das equipes profissionais necessárias à execução das ações assistenciais previstas na presente contratação.

Em razão das características territoriais do Município de Tarauacá, bem como da necessidade de realização de ações itinerantes em diferentes localidades do território municipal, os profissionais envolvidos nas atividades assistenciais frequentemente necessitam se deslocar entre unidades de saúde, comunidades rurais, localidades ribeirinhas e pontos de atendimento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nesses períodos de mobilização, embora não haja execução direta de procedimentos clínicos ou assistenciais, os profissionais permanecem vinculados à execução das atividades do contrato, participando da organização logística das ações de saúde, do deslocamento das equipes e da preparação operacional das atividades assistenciais.

Assim, o Grupo 02 foi estruturado para remunerar o tempo técnico de mobilização das equipes profissionais, contabilizado em horas de mobilização por categoria profissional, permitindo adequada separação entre o tempo dedicado à execução direta de procedimentos assistenciais e o tempo necessário à organização e execução logística das ações de saúde.

A adoção dessa metodologia visa assegurar maior transparência na formação dos custos da contratação, evitando que o tempo de mobilização das equipes seja incorporado de forma indireta aos valores dos procedimentos assistenciais previstos no Grupo 01.

Ressalta-se que os valores unitários relativos à mobilização das equipes deverão ser apresentados de forma individualizada por categoria profissional, considerando as diferenças de qualificação técnica, responsabilidade profissional e custo operacional associado a cada função.

O modelo de contratação proposto permite integrar diferentes modalidades de atendimento no âmbito da rede municipal de saúde, contemplando:

- I. atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana;
- II. atendimentos realizados em comunidades rurais e ribeirinhas;
- III. Ações itinerantes de saúde e mutirões assistenciais;
- IV. Ampliação do acesso aos serviços de saúde em horários estendidos, incluindo atendimentos noturnos e em finais de semana, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Essa abordagem permite ampliar a capacidade operacional da rede municipal de saúde, reduzir a demanda reprimida por atendimentos especializados e assegurar maior equidade no acesso da população aos serviços públicos de saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A solução proposta encontra-se alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente aos princípios da universalidade, integralidade e equidade na oferta das ações e serviços de saúde.

A estruturação da contratação nos termos descritos neste item foi concebida de forma a possibilitar a atuação integrada das equipes multidisciplinares em diferentes frentes de atendimento da rede municipal de saúde, contemplando tanto os serviços realizados nas Unidades Básicas de Saúde quanto as ações itinerantes desenvolvidas em comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso.

A separação entre a execução direta de procedimentos assistenciais e a mobilização técnica das equipes profissionais permite maior transparência na organização dos serviços e maior precisão na mensuração da produção assistencial efetivamente realizada.

Tal modelagem também proporciona maior flexibilidade operacional à Secretaria Municipal de Saúde, permitindo o planejamento e a execução de campanhas de saúde, mutirões assistenciais, ações de prevenção e atendimentos programados em diferentes pontos do território municipal.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para ampliar a capacidade assistencial da rede municipal de saúde, fortalecer a atuação da atenção primária e garantir maior alcance das políticas públicas sanitárias no território do Município de Tarauacá.

Os resultados esperados com a implementação dessa solução são apresentados no item seguinte deste Estudo Técnico Preliminar.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DOS RESULTADOS ESPERADOS

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde destinada a apoiar e complementar a atuação da rede municipal de atenção básica, mediante a execução de procedimentos assistenciais, ações de promoção e prevenção em saúde, acompanhamento clínico e atividades de apoio às políticas públicas de saúde desenvolvidas no Município de Tarauacá/AC.

O modelo assistencial adotado busca integrar a atuação das equipes multidisciplinares com as estruturas já existentes da rede municipal de saúde, especialmente as Unidades Básicas de Saúde e as equipes da Estratégia Saúde da Família, contribuindo para ampliar a capacidade operacional do sistema local de saúde e reduzir a demanda reprimida por atendimentos.

A solução contempla a realização de atendimentos tanto em unidades fixas da rede municipal quanto em ações itinerantes destinadas a comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso, considerando as particularidades geográficas e territoriais do Município de Tarauacá.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Em razão da extensão territorial do município, da dispersão geográfica da população e das limitações logísticas decorrentes das condições de navegabilidade dos rios da região em determinados períodos do ano, torna-se necessária a mobilização das equipes profissionais para atuação em diferentes pontos do território municipal.

Nesse contexto, a solução proposta prevê estrutura contratual composta por dois conjuntos distintos de serviços:

- a) Execução de procedimentos assistenciais e atividades de apoio operacional em saúde;
- b) Mobilização técnica das equipes profissionais necessárias à realização das ações assistenciais.

Cumpra esclarecer que a mobilização prevista na presente contratação não se refere à contratação de meios de transporte, locação de embarcações, fornecimento de combustível ou quaisquer despesas logísticas relacionadas ao deslocamento físico das equipes.

O Grupo 02 da contratação destina-se exclusivamente à remuneração do tempo técnico de mobilização das equipes profissionais, correspondente aos períodos em que os profissionais permanecem vinculados à execução das atividades do contrato, porém sem produção direta de procedimentos assistenciais, em razão da necessidade de deslocamento entre localidades, organização logística das ações itinerantes ou preparação operacional das atividades de atendimento.

A adoção dessa metodologia permite separar de forma transparente:

- a) O tempo efetivamente dedicado à execução de procedimentos assistenciais;
- b) O tempo necessário à mobilização das equipes profissionais para viabilização das ações de saúde.

Tal modelagem contribui para maior clareza na formação dos custos da contratação e para adequada mensuração da produção assistencial realizada no âmbito da rede municipal de saúde.

A implementação da solução proposta permitirá alcançar os seguintes resultados institucionais e sanitários:

- a) Ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde;
- b) Redução da demanda reprimida por consultas e procedimentos na atenção básica;
- c) Fortalecimento das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde;
- d) Ampliação do acesso da população residente em comunidades rurais, ribeirinhas e de difícil acesso aos serviços públicos de saúde;
- e) Melhoria do acompanhamento materno-infantil e das ações de planejamento reprodutivo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- f) Apoio às estratégias de enfrentamento da gravidez na adolescência e de promoção da saúde de crianças e adolescentes;
- g) Redução da necessidade de deslocamento de pacientes para outros municípios em busca de atendimentos especializados;
- h) Fortalecimento da resolutividade da rede municipal de atenção à saúde;
- i) Redução da sobrecarga dos serviços hospitalares existentes no município;
- j) Fortalecimento das políticas públicas de saúde implementadas pela Secretaria Municipal de Saúde municipal.

Dessa forma, a solução proposta revela-se compatível com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e adequada às características territoriais, demográficas e epidemiológicas do Município de Tarauacá, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

8. DA VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DA CONTRATAÇÃO

A análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde revela-se tecnicamente viável, economicamente adequada e administrativamente compatível com as necessidades da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC.

Sob o ponto de vista técnico, a solução proposta mostra-se adequada para atender às necessidades identificadas no diagnóstico da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere à ampliação da capacidade assistencial, ao fortalecimento das ações de atenção básica e à realização de atendimentos especializados em diferentes localidades do território municipal.

A estruturação da contratação por meio de equipe multidisciplinar permite integrar diferentes especialidades e categorias profissionais em um modelo assistencial mais resolutivo, favorecendo o atendimento integral das necessidades de saúde da população.

O modelo operacional proposto também se mostra compatível com as características territoriais do Município de Tarauacá, possibilitando a realização de atendimentos tanto nas unidades fixas da rede municipal quanto em ações itinerantes destinadas a comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso.

Ademais, a previsão de mobilização técnica das equipes profissionais, estruturada de forma distinta da execução direta de procedimentos assistenciais, permite maior flexibilidade na organização das ações de saúde e melhor adaptação às condições logísticas e geográficas do território municipal.

Sob o aspecto econômico, a contratação mostra-se vantajosa para a Administração Pública, considerando que a ampliação da capacidade assistencial da rede municipal por meio de equipe multidisciplinar pode contribuir para a redução de custos indiretos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

associados ao encaminhamento de pacientes para outros municípios e à sobrecarga dos serviços hospitalares existentes no município.

A modelagem da contratação, estruturada em lotes distintos para procedimentos assistenciais e mobilização técnica das equipes, permite maior transparência na formação dos custos e melhor controle da execução contratual, evitando a incorporação indireta de custos operacionais nos valores dos procedimentos assistenciais.

A estimativa de custos da presente contratação foi apurada mediante pesquisa de preços realizada junto ao mercado, observando-se os parâmetros e procedimentos estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as normas aplicáveis à formação de preços nas contratações públicas.

Como etapa inicial da pesquisa de preços, a Administração Municipal promoveu aviso público de cotação, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Acre em 12 de fevereiro de 2026, edição nº 14.205, páginas 156 a 158, com o objetivo de dar publicidade à intenção de contratação e possibilitar a participação de empresas interessadas na apresentação de propostas de preços.

Em decorrência dessa publicação, empresas do setor manifestaram interesse e encaminharam propostas de cotação por meio eletrônico (e-mail), as quais foram recebidas, analisadas e consolidadas pela área técnica responsável, passando a integrar os autos do processo administrativo.

Paralelamente à coleta de cotações junto ao mercado, foram realizadas pesquisas em bases oficiais de contratações públicas, incluindo:

- a) O sistema LICON – Licitações e Contratos do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC);
- b) O Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

As consultas foram realizadas mediante busca por descrição dos serviços e dos itens que compõem o objeto da contratação.

Todavia, não foram identificadas contratações públicas diretamente comparáveis ao objeto pretendido, circunstância que pode ser atribuída às particularidades da solução proposta, que envolve a prestação integrada de serviços de equipe multidisciplinar em saúde associada à execução de procedimentos assistenciais e à mobilização técnica de profissionais para atuação em diferentes localidades do território municipal.

Os resultados das pesquisas realizadas encontram-se devidamente documentados nos autos do processo administrativo, mediante registros e capturas de tela (prints) que comprovam a inexistência de resultados compatíveis com o objeto pesquisado.

Diante desse cenário, a Administração adotou como referência para formação da estimativa de custos as cotações obtidas diretamente junto ao mercado, procedendo à análise da

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

compatibilidade dos valores apresentados e à consolidação das informações em planilha de estimativa de preços, acompanhada da respectiva memória de cálculo e das fontes de pesquisa utilizadas.

O valor global estimado da contratação encontra-se devidamente apurado no processo administrativo, permanecendo sob caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, com acesso integral assegurado aos órgãos de controle interno e externo.

Do ponto de vista administrativo, a contratação mostra-se compatível com a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde e com os mecanismos de gestão e fiscalização de contratos já existentes no âmbito da administração municipal.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, responsáveis pela verificação da regularidade da prestação dos serviços, pelo controle da produção assistencial realizada e pelo acompanhamento das atividades das equipes profissionais.

A estruturação da contratação mediante unidades de procedimento e horas técnicas de mobilização permite maior controle administrativo da execução contratual, possibilitando à Administração monitorar de forma objetiva a produção assistencial e a utilização dos serviços contratados.

Ademais, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da política pública de saúde do Município de Tarauacá, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, econômica e administrativa, revelando-se adequada para atender às necessidades da rede municipal de saúde e compatível com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

A contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde constitui medida capaz de ampliar a capacidade assistencial do município, reduzir desigualdades no acesso aos serviços de saúde e fortalecer a execução das políticas públicas sanitárias no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

9. DO DIMENSIONAMENTO DA SOLUÇÃO E DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

A estimativa das quantidades necessárias à presente contratação foi construída a partir de critérios técnicos, operacionais e assistenciais associados à organização da rede municipal de saúde do Município de Tarauacá/AC, considerando (i) as particularidades territoriais e demográficas do município, (ii) a demanda assistencial evidenciada no diagnóstico situacional da rede, e (iii) a capacidade operacional mínima requerida para execução contínua e programada das ações de saúde planejadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O dimensionamento quantitativo, longe de representar mera projeção abstrata, foi estruturado com base no desenho operacional da solução, concebido em dois eixos complementares e interdependentes, que conformam a lógica de produção assistencial a ser ofertada durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços: (a) a cobertura urbana programada, mediante o funcionamento de três Unidades Básicas de Saúde em três turnos, com extensão do atendimento noturno até as 22h, caracterizando regime de horário estendido; e (b) a realização de ações itinerantes no interior rural e ribeirinho, executadas por missões assistenciais previamente programadas, cuja implementação demanda, além da produção assistencial mensurável por procedimento, a contabilização de horas técnicas de mobilização vinculadas ao deslocamento operacional e à preparação da ação, sem qualquer confusão conceitual com custos logísticos de transporte.

Integra-se, ainda, ao racional do dimensionamento quantitativo a necessidade de ampliação da capacidade assistencial da rede municipal para mitigação de demanda reprimida, o planejamento administrativo de ampliação do horário de funcionamento de determinadas unidades, com oferta de atendimentos em horários estendidos e em finais de semana, e a necessidade de execução de atendimentos em localidades de difícil acesso geográfico, circunstância que impõe mobilização operacional compatível com a realidade territorial e com as limitações sazonais de deslocamento.

Nesse contexto, a definição dos quantitativos foi desenhada para refletir o volume estimado de produção assistencial necessário ao atendimento da população municipal no período de referência, observando-se não apenas a capacidade produtiva das equipes profissionais, mas também a organização territorial do sistema local de saúde e as condicionantes logísticas associadas à prestação de serviços em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso, de modo a assegurar consistência técnica, rastreabilidade de execução e governança de medição.

9.1 Metodologia de estimativa das quantidades

A metodologia adotada fundamenta-se em modelo de dimensionamento por capacidade produtiva, com base em parâmetros operacionais mínimos compatíveis com a execução dos serviços previstos e com a organização das rotinas assistenciais da Atenção Primária à Saúde, buscando compatibilizar produção, escala, periodicidade e mobilização territorial.

Para tanto, foram analisadas de modo integrado a capacidade média de atendimento por profissional e por turno de trabalho, o volume estimado de atendimentos necessários à ampliação da cobertura assistencial, a frequência esperada de execução de procedimentos clínicos e odontológicos, a realização de consultas médicas e de enfermagem, bem como a execução de ações preventivas, imunizações e visitas domiciliares, considerados os fluxos de atendimento típicos da rede municipal.

Também foram consideradas a programação estimada de ações itinerantes e campanhas de saúde destinadas a comunidades rurais e ribeirinhas, bem como a necessidade de mobilização das equipes profissionais para atendimento em diferentes localidades do

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

território municipal, com vistas a assegurar continuidade assistencial e previsibilidade mínima de oferta.

A partir desses elementos, as quantidades foram estruturadas para permitir a execução das atividades assistenciais tanto nas unidades fixas da rede municipal quanto nas ações itinerantes desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, conferindo flexibilidade operacional e aderência às características geográficas do município.

Para os procedimentos mensurados em unidades (UND), a estimativa anual decorre da projeção da capacidade produtiva mínima do arranjo assistencial distribuída entre o eixo urbano (três UBS em horário estendido) e o eixo itinerante (missões programadas). Adotou-se projeção anual por capacidade, em que a produção mensal estimada resulta da soma de: (i) capacidade urbana programada, apurada a partir do número de turnos efetivamente ofertados, da produtividade média por turno e do número de unidades em operação; e (ii) capacidade concentrada das ações itinerantes, em que a produção assistencial ocorre em janelas operacionais específicas (mutirões e campanhas), com densidade de atendimento superior ao padrão rotineiro das unidades fixas. Nessa perspectiva, o quantitativo anual estimado de consultas médicas ambulatoriais (24.000 UND/ano) expressa meta de produção para fins de planejamento e precificação, distribuível entre os dois eixos conforme cronograma e ordens de serviço, sem caracterizar obrigação de consumo, dada a natureza jurídica do Sistema de Registro de Preços.

A lógica de cálculo adota projeção anual por capacidade, expressa, em termos gerais, pela relação: Produção anual estimada = (produção média mensal estimada × 12). A produção mensal, por sua vez, decorre do produto entre turnos ofertados, produtividade média por turno e unidades em funcionamento no eixo urbano, acrescido do componente itinerante programado.

9.2 Dimensionamento mínimo da equipe multidisciplinar

Considerando a estrutura operacional proposta para execução dos serviços assistenciais, que compreende a atuação simultânea em unidades fixas da rede municipal e a realização de ações itinerantes em comunidades rurais e ribeirinhas, faz-se necessário estabelecer o dimensionamento mínimo da equipe multidisciplinar requerida para viabilizar a execução regular da solução.

O quantitativo mínimo de profissionais foi definido a partir da análise integrada dos seguintes fatores:

- I – capacidade média de produção assistencial por categoria profissional;
- II – necessidade de funcionamento das unidades de saúde em regime de horário estendido;
- III – realização de ações itinerantes em localidades de difícil acesso;
- IV – organização de escalas de trabalho e rotatividade de profissionais;
- V – necessidade de substituição eventual em razão de afastamentos, férias ou impedimentos temporários.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Considerando o modelo assistencial proposto, a necessidade de atendimento simultâneo nas unidades urbanas com horário estendido e a execução de ações itinerantes programadas no território municipal, estimou-se como referência operacional mínima a seguinte composição de equipe multidisciplinar:

Categoria profissional	Quantidade mínima estimada
Atendente de farmácia	4
Auxiliar administrativo	6
Auxiliar/Técnico de saúde bucal	5
Cirurgião-dentista	5
Enfermeiro	6
Farmacêutico	2
Médico generalista	8
Técnico de enfermagem	6

Tal estimativa não configura contratação por posto de trabalho, servindo exclusivamente como parâmetro técnico para dimensionamento da capacidade produtiva necessária ao atendimento da demanda assistencial estimada, considerada a organização de turnos de atendimento, a rotatividade de profissionais e a execução de ações itinerantes.

9.3 Estrutura da estimativa quantitativa

A estimativa quantitativa da contratação foi organizada em dois grupos distintos de serviços, com o propósito de conferir maior clareza à estrutura de medição e permitir controle adequado da execução contratual, com rastreabilidade por tipo de entrega e por unidade de medida.

O Grupo 01 – Procedimentos Assistenciais compreende os serviços diretamente relacionados à execução de atendimentos e procedimentos por profissionais da equipe multidisciplinar, incluindo consultas médicas, procedimentos de enfermagem, atendimentos odontológicos, atividades de imunização, visitas domiciliares, ações educativas em saúde coletiva e serviços de apoio operacional às atividades assistenciais.

Os quantitativos previstos nesse grupo correspondem à estimativa anual de produção assistencial, calculada com base na capacidade operacional das equipes e na demanda identificada no diagnóstico da rede municipal, abrangendo tanto os atendimentos realizados nas unidades fixas quanto aqueles desenvolvidos em ações itinerantes.

O Grupo 02 – Mobilização Técnica das Equipes compreende a estimativa de horas técnicas destinadas à mobilização das equipes para execução das ações assistenciais em diferentes localidades do território municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Importa consignar, com precisão conceitual, que a mobilização prevista neste grupo não se refere a despesas logísticas relacionadas a transporte, locação de embarcações, fornecimento de combustível ou custos operacionais correlatos. Trata-se, exclusivamente, da remuneração do tempo técnico em que os profissionais permanecem vinculados à execução contratual sem produção direta de procedimentos, em razão de deslocamentos operacionais e da organização das ações itinerantes, cuja realização constitui requisito material para o alcance das populações em áreas de difícil acesso.

A previsão dessas horas técnicas justifica-se pelas particularidades territoriais do Município de Tarauacá, especialmente diante da existência de comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso e das limitações sazonais de navegabilidade decorrentes do período de estiagem, circunstâncias que exigem planejamento e mobilização prévia para assegurar continuidade e efetividade da prestação dos serviços de saúde.

9.4 Memória de cálculo e premissas de dimensionamento quantitativo

A estimativa quantitativa foi construída a partir de modelo de dimensionamento por capacidade produtiva anual, adotando-se parâmetros de mensuração compatíveis com o objeto e com as unidades de medida previstas para cada tipo de serviço, a fim de assegurar consistência metodológica, comparabilidade de execução e governança de medição.

Para os itens mensurados por procedimentos assistenciais, expressos em unidades de atendimento (UND), adotou-se como premissa geral a projeção anual da produção necessária ao atendimento da população municipal mediante a correlação entre metas mensais e o período de doze meses correspondente ao ciclo anual de execução. Assim, em regra, a quantidade anual estimada para cada procedimento foi definida pela multiplicação da meta média mensal pelo período anual de referência, considerando-se a capacidade mínima do arranjo assistencial pretendido e a necessidade de ampliação da cobertura com mitigação de demanda reprimida.

A título ilustrativo e com finalidade de explicitação da lógica de dimensionamento, o quantitativo anual estimado para consultas médicas ambulatoriais foi definido em 24.000 atendimentos/ano, resultante da projeção de meta média mensal de 2.000 consultas, calculada a partir da capacidade operacional mínima do modelo proposto e da necessidade de ampliação da oferta para redução de demanda reprimida e mitigação de encaminhamentos e deslocamentos de pacientes para outros municípios. A produção assistencial poderá ser distribuída entre atendimentos realizados nas UBS urbanas, inclusive em horários estendidos e finais de semana, e aqueles executados em ações itinerantes programadas em comunidades rurais e ribeirinhas, conforme planejamento anual e ordens de serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

A projeção de produção anual considera a atuação de equipes médicas distribuídas entre as unidades urbanas com horário estendido e as ações itinerantes programadas. Para fins de referência operacional, estimou-se produtividade média entre 20 e 25 consultas por turno de atendimento médico, parâmetro compatível com a rotina da Atenção Primária à Saúde. Considerando a organização de três Unidades Básicas de Saúde com funcionamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ampliado e a realização de ações itinerantes periódicas, a projeção anual de 24.000 consultas revela-se compatível com a capacidade produtiva do arranjo assistencial proposto.

No que se refere aos itens mensurados por turnos de trabalho, adotou-se como unidade de referência o turno de cinco horas, diurno ou noturno, permitindo mensuração objetiva dos serviços de apoio operacional indispensáveis à organização do fluxo assistencial, ao suporte odontológico e à dispensação assistida de medicamentos, especialmente em razão da ampliação do funcionamento de determinadas unidades e da programação de atendimentos em finais de semana. Para esses itens, a quantidade anual estimada foi calculada a partir da projeção de turnos mensais necessários, multiplicados pelo período anual de referência, mantendo coerência com a cobertura urbana em três turnos até as 22h e com o suporte requerido às missões itinerantes.

No tocante ao Grupo 02, a estimativa de horas técnicas de mobilização foi dimensionada exclusivamente para refletir o tempo técnico em que os profissionais permanecem alocados à execução contratual, porém impedidos de produzir procedimentos assistenciais em razão do deslocamento operacional e da organização da ação itinerante. Tal componente não contempla, nem se confunde com despesas logísticas, pois a unidade “hora” refere-se à remuneração de tempo técnico de equipe, mensurado e validado por ordem de serviço, cronograma de missão e registros de fiscalização, assegurando rastreabilidade e mitigação de risco de pagamento dissociado de entrega. Assim, adotou-se como lógica geral de dimensionamento a multiplicação entre o número estimado de eventos ou missões assistenciais, o tempo médio de mobilização por evento e o quantitativo de profissionais mobilizados por categoria, conforme programação assistencial e cronograma anual definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, os quais orientarão a emissão das respectivas ordens de serviço e a organização das ações itinerantes no território municipal.

Diante das premissas de dimensionamento adotadas e da estimativa de produção assistencial projetada, verificou-se que a execução da solução assistencial proposta exige a mobilização mínima de equipe multidisciplinar composta por profissionais das seguintes categorias: médicos generalistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, auxiliares ou técnicos de saúde bucal, farmacêuticos, atendentes de farmácia e auxiliares administrativos. O quantitativo mínimo estimado de profissionais foi definido com base na capacidade produtiva média por categoria, na organização das escalas de trabalho em turnos, na ampliação do horário de funcionamento de unidades da rede municipal e na necessidade de mobilização periódica de equipes para ações itinerantes em localidades rurais e ribeirinhas. Tal dimensionamento busca assegurar continuidade assistencial, cobertura adequada das atividades programadas e compatibilidade entre a capacidade operacional das equipes e os quantitativos de produção estimados no presente Estudo Técnico Preliminar.

9.5 Natureza estimativa dos quantitativos

Os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa e destinam-se ao planejamento da contratação, à formação da estimativa de custos e à definição da

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

capacidade operacional necessária para atendimento da demanda assistencial da rede municipal de saúde.

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a efetiva execução dos serviços dependerá da necessidade real da Administração durante a vigência da respectiva Ata, não configurando obrigação mínima de consumo por parte do Município, nos termos da legislação aplicável ao regime de registro de preços.

Os quantitativos estimados representam, portanto, projeção de demanda potencial, elaborada com base nas necessidades assistenciais identificadas no diagnóstico situacional da rede municipal de saúde e na capacidade operacional mínima necessária para execução da solução assistencial proposta.

9.6 Relação da estimativa com o Termo de Referência

Os quantitativos detalhados por item, unidade de medida e período encontram-se consolidados nas planilhas que integram o presente Estudo Técnico Preliminar e servirão de base para a elaboração do Termo de Referência, inclusive para fins de definição dos critérios de medição, parâmetros de comprovação da execução dos serviços, regras de validação documental e mecanismos de fiscalização e glosa.

Eventuais ajustes quantitativos poderão ocorrer durante a fase de elaboração do Termo de Referência exclusivamente para fins de aperfeiçoamento técnico do detalhamento da contratação, desde que preservadas as premissas metodológicas, o diagnóstico das necessidades assistenciais e a lógica de dimensionamento estabelecida no presente Estudo Técnico Preliminar.

Registra-se, por fim, que o modelo de dimensionamento e medição adotado foi concebido para reduzir assimetria informacional e mitigar risco de pagamento por mera disponibilidade de mão de obra, privilegiando mensuração por entrega efetiva de produção assistencial e, quando indispensável, por tempo técnico vinculado a evento assistencial formalmente programado, devidamente autorizado por ordem de serviço e acompanhado pelos mecanismos de fiscalização contratual.

9.7 Impacto das quantidades na escolha da solução

A dimensão estimada da contratação, associada à dispersão geográfica das unidades de atendimento, à necessidade de oferta de serviços em localidades de difícil acesso e à diversidade das atividades assistenciais previstas, evidencia limitações operacionais da estrutura atualmente disponível na rede municipal de saúde para execução direta e contínua das ações programadas.

Tais limitações decorrem, entre outros fatores, da capacidade instalada existente, da dificuldade de provimento e fixação de profissionais de saúde em determinadas especialidades e da necessidade de mobilização de equipes multiprofissionais para

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

atuação simultânea em unidades urbanas e em ações itinerantes destinadas a comunidades rurais e ribeirinhas.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para apoio à execução das atividades assistenciais apresenta-se como solução mais adequada, eficiente e compatível com o interesse público, por permitir a ampliação da capacidade operacional da rede municipal de saúde, a continuidade das ações assistenciais em regime programado — tanto no eixo urbano quanto nas missões itinerantes — e a implementação de modelo de execução contratual baseado em mensuração por produção assistencial e mecanismos formais de controle, fiscalização e validação da execução.

Importa registrar que a presente contratação não implica delegação da gestão dos serviços públicos de saúde nem transferência da responsabilidade assistencial do Município, permanecendo a Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo planejamento das ações, pela coordenação das atividades assistenciais, pela emissão das ordens de serviço e pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Assim, a solução proposta busca complementar a capacidade operacional da rede municipal, garantindo maior cobertura assistencial, redução de demanda reprimida e ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da universalidade do atendimento no âmbito do Sistema Único de Saúde.

LOTE ÚNICO					
GRUPO 01 - PROCEDIMENTOS					
Item	Profissional	Unidade/Procedimento	Unid. Medida	Qtd. Mínima Est. Contratação	Qtd Estimada Anual
1	Auxiliar Administrativo	Apoio operacional administrativo – 5h trabalhadas – diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
2	Auxiliar Administrativo	Apoio operacional administrativo – 5h trabalhadas – noturno.	Turno	876	4.380
3	Técnico de Enfermagem	Acompanhamento pacientes hemodíalise (Tarauacá/CZS/Tarauacá) ida e volta	UND	29	144
4	Técnico de Enfermagem	Imunização - Vacina	UND	1.280	6.400
5	Técnico de Enfermagem	Visita domiciliar clínica	UND	1.752	8.760
6	Técnico de Enfermagem	Curativo simples	UND	584	2.920
7	Técnico de Enfermagem	Pré consulta - verificar sinais vitais e antropometria	UND	4.800	24.000
8	Enfermeiro(a)	Administração de medicamentos parenteral (injeções: intravenosa, intramuscular, subcutânea), sublingual (debaixo da língua), inalatória (pulmões)	UND	3.504	17.520
9	Enfermeiro(a)	Consulta de enfermagem	UND	2.803	14.016
10	Enfermeiro(a)	Preventivo do Câncer do Colo do Útero - PCCU	UND	1.402	7.008
11	Enfermeiro(a)	Teste rápido	UND	2.203	11.016
12	Enfermeiro(a)	Realização do exame de eletrocardiograma	UND	1.402	7.008
13	Enfermeiro(a)	Pré-natal	UND	1.402	7.008
14	Enfermeiro(a)	Puericultura	UND	701	3.504
15	Enfermeiro(a)	Retirada de ponto	UND	160	800

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16	Enfermeiro(a)	Curativo especial	UND	576	2.880
17	Enfermeiro(a)	Visita domiciliar clínica	UND	1.752	8.760
18	Enfermeiro(a)	Palestra Educacional em saúde coletiva	UND	467	2.336
19	Enfermeiro(a)	Acompanhamento pacientes hemodíalise (Tarauacá-CZS)	UND	29	144
20	Médico Generalista	Consulta médica ambulatorial	UND	4.800	24.000
21	Cirurgião-Dentista	Consulta odontológica inicial/programática/retorno	UND	1.207	6.034
22	Cirurgião-Dentista	Aplicação tópica de flúor (por paciente/sessão)	UND	603	3.017
23	Cirurgião-Dentista	Evidenciação de placa bacteriana (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
24	Cirurgião-Dentista	Orientação de higiene bucal (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
25	Cirurgião-Dentista	Selamento provisório de cavidade dentária (por dente)	UND	302	1.509
26	Cirurgião-Dentista	Raspagem, alisamento e polimento supra gengival (por sextante)	UND	302	1.509
27	Cirurgião-Dentista	Raspagem, alisamento e polimento sub gengival (por sextante)	UND	302	1.509
28	Cirurgião-Dentista	Profilaxia / limpeza coronária (por paciente/sessão)	UND	302	1.509
29	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (1 face) (por dente)	UND	302	1.509
30	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (2 faces) (por dente)	UND	423	2.115
31	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente permanente (3 ou mais faces) (por dente)	UND	302	1.509
32	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (1 face) (por dente)	UND	302	1.509
33	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (2 faces) (por dente)	UND	151	754
34	Cirurgião-Dentista	Restauração de dente decíduo (3 ou mais faces) (por dente)	UND	151	754
35	Cirurgião-Dentista	Capeamento pulpar (por dente)	UND	151	754
36	Cirurgião-Dentista	Tratamento restaurador atraumático – ART (por dente)	UND	151	754
37	Cirurgião-Dentista	Selamento definitivo de cavidade (por dente)	UND	151	754
38	Cirurgião-Dentista	Curativo provisório (por dente)	UND	151	754
39	Cirurgião-Dentista	Abertura coronária para alívio de dor (sem endodontia) (por dente)	UND	302	1.509
40	Cirurgião-Dentista	Exodontia de dente decíduo (por dente)	UND	302	1.509
41	Cirurgião-Dentista	Exodontia de dente permanente (por dente)	UND	423	2.115
42	Cirurgião-Dentista	Exodontia múltipla com alveoloplastia simples (por evento/paciente)	UND	302	1.509
43	Cirurgião-Dentista	Sutura simples (por dente)	UND	846	4.230
44	Cirurgião-Dentista	Radiografia periapical (por dente)	UND	2.381	11.904
45	Cirurgião-Dentista	Remoção de raiz residual (por dente)	UND	212	1.058
46	Auxiliar de Saúde Bucal (ASB)	Apoio operacional odontológico 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
47	Auxiliar de Saúde Bucal (ASB)	Apoio operacional odontológico 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
48	Farmacêutico(a)	Dispensação assistida 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
49	Farmacêutico(a)	Dispensação assistida 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
50	Atendente de Farmácia	Apoio operacional 5h trabalhadas - diurno (matutino ou vespertino).	Turno	749	3.744
51	Atendente de Farmácia	Apoio operacional 5h trabalhadas - noturno	Turno	876	4.380
GRUPO 02 – DESLOCAMENTO E MOBILIZAÇÃO					

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Profissional	Unidade/Procedimento	Unid. Medida	Qtd. Mínima Est. Contratação	Qtd Estimada Anual
1	Médico generalista	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
2	Cirurgião-dentista	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
3	Enfermeiro(a)	Hora de deslocamento e mobilização	H	547	2.736
4	Técnico de enfermagem	Hora de deslocamento e mobilização	H	821	4.104
5	Auxiliar de saúde bucal	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
6	Auxiliar administrativo	Hora de deslocamento e mobilização	H	547	2.736
7	Farmacêutico(a)	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368
8	Atendente de farmácia	Hora de deslocamento e mobilização	H	274	1.368

Relação da estimativa com o Termo de Referência

I. As quantidades estimadas no presente Estudo Técnico Preliminar possuem natureza indicativa e destinam-se a subsidiar o planejamento da contratação, servindo de referência para a definição dos quantitativos, unidades de medida, critérios de medição e parâmetros de execução a serem detalhados no Termo de Referência.

II. Os quantitativos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar constituem a base metodológica para a elaboração do Termo de Referência, devendo eventuais ajustes decorrer exclusivamente do aperfeiçoamento técnico do detalhamento da contratação, sem alteração das premissas de dimensionamento da solução assistencial e da estimativa global de demanda identificada no planejamento.

III. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a efetiva execução dos serviços dependerá da necessidade real da Administração durante a vigência da respectiva Ata, não configurando obrigação mínima de consumo nem direito subjetivo ao consumo integral dos quantitativos estimados.

Impacto das quantidades na escolha da solução

I. A dimensão estimada da contratação, associada à dispersão geográfica das unidades de atendimento, à necessidade de oferta de serviços em localidades de difícil acesso e à diversidade das atividades assistenciais previstas, evidencia limitações operacionais da estrutura atualmente disponível na rede municipal de saúde para execução direta e contínua das ações planejadas.

II. Tais limitações decorrem, entre outros fatores, da capacidade instalada existente, da dificuldade de provimento e fixação de profissionais em determinadas especialidades e da necessidade de mobilização de equipes multiprofissionais para atuação simultânea em unidades urbanas e em ações itinerantes destinadas a comunidades rurais e ribeirinhas.

III. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para apoio à execução das atividades assistenciais apresenta-se como solução mais adequada e eficiente, por permitir a ampliação da capacidade operacional da rede municipal de saúde, a continuidade das ações assistenciais em regime programado e a execução sob modelo de medição e

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

controle apto a assegurar rastreabilidade, governança e adequada fiscalização da execução contratual.

IV. Importa destacar que a solução proposta não implica delegação da gestão do serviço público de saúde nem transferência das atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo o Município responsável pelo planejamento das ações assistenciais, pela coordenação das atividades, pela emissão das ordens de serviço e pelo acompanhamento da execução contratual.

10. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE MERCADO

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado com vistas a identificar soluções disponíveis, modelos operacionais praticados e condições usuais de contratação relacionadas à prestação de serviços assistenciais em saúde por equipe multidisciplinar, destinados à ampliação da cobertura da rede municipal de atenção à saúde.

Verificou-se que o mercado pertinente é composto, em regra, por:

- I. Empresas especializadas na prestação de serviços em saúde, com capacidade de disponibilização de equipes multiprofissionais para execução de atendimentos assistenciais em unidades públicas de saúde;
- II. Prestadores privados com estrutura organizacional apta a disponibilizar profissionais de diferentes categorias da área da saúde, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, auxiliares de saúde bucal, farmacêuticos e profissionais de apoio às atividades assistenciais; e,
- III. Empresas que operam por modelo de gestão integrada de equipes de saúde, com organização de escalas profissionais, coordenação das atividades assistenciais e suporte administrativo necessário à execução de serviços em unidades fixas de saúde ou em ações assistenciais itinerantes.

Constatou-se, ademais, que a prestação desses serviços, quando direcionada ao atendimento das necessidades da Administração Pública municipal, exige estrutura operacional compatível com:

- I. Disponibilização e organização de equipes multiprofissionais em regime de escala para atuação em unidades de saúde com funcionamento em diferentes turnos de atendimento;
- II. Capacidade de execução de procedimentos assistenciais diversos, incluindo consultas médicas, atendimentos de enfermagem, serviços odontológicos, imunizações, visitas domiciliares e ações educativas em saúde;
- III. Mobilização de equipes profissionais para realização de ações assistenciais em comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso, conforme programação definida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- IV. Registro e consolidação da produção assistencial realizada, permitindo adequado acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O levantamento também evidenciou que contratações dessa natureza costumam adotar unidades objetivas de medição da execução dos serviços, tais como procedimentos assistenciais realizados, atendimentos executados ou turnos de trabalho prestados, de forma a possibilitar controle da produção assistencial e rastreabilidade da execução contratual.

Além disso, verificou-se que a execução direta dessas atividades pela Secretaria Municipal de Saúde Municipal, mediante provimento de cargos efetivos, demandaria a realização de concurso público, o que envolve o cumprimento de diversas etapas administrativas e legais, tais como a contratação de instituição organizadora, a definição ou revisão de estrutura de cargos e remuneração, a elaboração e publicação de edital, a realização de provas e etapas de seleção, bem como os prazos necessários à homologação do certame e posterior nomeação e posse dos candidatos aprovados.

Tais procedimentos, embora essenciais à estruturação permanente do quadro de pessoal da Administração Pública, possuem natureza complexa e prazos incompatíveis com a necessidade imediata de ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, especialmente diante das demandas identificadas no diagnóstico situacional da rede e das características territoriais do Município de Tarauacá/AC.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde apresenta-se como solução administrativa viável para suprir a necessidade de ampliação da oferta de serviços assistenciais, sem prejuízo das competências institucionais da Administração Pública e sem geração de vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados pela contratada e o Município, observadas as disposições legais aplicáveis à contratação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Verificou-se, ainda, que em contratações que envolvem atendimento em territórios extensos ou de difícil acesso é usual a previsão de unidades de medição associadas ao tempo técnico necessário à mobilização das equipes profissionais, destinadas exclusivamente a refletir períodos em que os profissionais permanecem vinculados à execução das atividades assistenciais sem produção direta de procedimentos, em razão de deslocamentos operacionais ou da organização de ações itinerantes.

11. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Considerando o problema público identificado, consistente na necessidade de ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, com atendimento em unidades fixas da zona urbana e realização de ações itinerantes em comunidades rurais e ribeirinhas, foram avaliadas as seguintes alternativas de solução, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Alternativa A – Execução direta pela Secretaria Municipal de Saúde Pública (estrutura própria): A execução direta das atividades assistenciais pela Secretaria Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Municipal demandaria a estruturação de quadro permanente de profissionais de saúde em diversas categorias, incluindo médicos generalistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, auxiliares de saúde bucal, farmacêuticos, profissionais de apoio administrativo e demais categorias necessárias à execução das ações assistenciais previstas.

Tal alternativa exigiria a realização de concurso público para provimento dos cargos necessários, com o cumprimento de diversas etapas administrativas e legais, tais como planejamento de cargos e remuneração, contratação de instituição organizadora do certame, elaboração e publicação de edital, realização de provas e etapas de seleção, homologação do concurso e posterior nomeação e posse dos candidatos aprovados.

Além da complexidade administrativa e dos prazos necessários à realização de concurso público, a estruturação de equipe permanente implicaria custos fixos continuados para o Município, independentemente da variação da demanda assistencial, bem como dificuldades operacionais relacionadas à reposição de profissionais em caso de afastamentos, vacâncias ou rotatividade.

Considerando a necessidade de ampliação da capacidade assistencial em curto prazo, bem como as características territoriais do Município de Tarauacá, que demandam mobilização periódica de equipes para atendimento em localidades de difícil acesso, essa alternativa mostrou-se pouco adequada para atendimento imediato das necessidades identificadas.

Alternativa B – Contratações fragmentadas por categoria profissional ou tipo de serviço: Outra alternativa analisada consistiria na realização de múltiplas contratações separadas por categoria profissional ou por tipo de serviço assistencial, como, por exemplo, contratos distintos para médicos, profissionais de enfermagem, serviços odontológicos, dispensação farmacêutica e atividades de apoio administrativo.

Embora juridicamente possível, essa alternativa apresenta limitações relevantes sob o ponto de vista administrativo e operacional, especialmente em razão da necessidade de gerenciamento simultâneo de diversos contratos independentes, cada qual com suas próprias rotinas de fiscalização, controle de execução e gestão administrativa.

A fragmentação contratual também poderia gerar dificuldades na organização integrada das equipes assistenciais, aumentar o risco de descontinuidade na prestação dos serviços e comprometer a eficiência da execução das ações de saúde, sobretudo em atividades que demandam atuação coordenada de diferentes categorias profissionais.

Ademais, a existência de múltiplos contratos poderia elevar os custos administrativos de gestão contratual e dificultar o planejamento das escalas de atendimento e das ações itinerantes programadas.

Alternativa C – Contratação integrada de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde: A terceira alternativa analisada consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde,

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

responsável pela organização e disponibilização dos profissionais necessários à execução das atividades assistenciais previstas.

Nessa modelagem, a empresa contratada assume a responsabilidade pela disponibilização das diferentes categorias profissionais, pela organização das escalas de atendimento e pela gestão operacional das equipes, enquanto a Administração Pública mantém a coordenação das ações de saúde, o planejamento das atividades e a fiscalização da execução contratual.

Essa alternativa permite estruturar a prestação dos serviços de forma integrada, possibilitando a atuação coordenada das diferentes categorias profissionais tanto nas unidades fixas da rede municipal de saúde quanto nas ações itinerantes realizadas em comunidades rurais e ribeirinhas.

A modelagem contratual também possibilita maior flexibilidade na organização das equipes e na adaptação das atividades assistenciais às características territoriais do Município de Tarauacá, especialmente no que se refere à necessidade de mobilização das equipes para atendimento em localidades de difícil acesso.

Ademais, a contratação integrada permite estruturar mecanismos objetivos de medição e controle da execução contratual, mediante a utilização de unidades de medição associadas à produção assistencial realizada e às horas técnicas de mobilização das equipes profissionais.

Diante das alternativas analisadas, concluiu-se que a contratação integrada de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde representa a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Municipal, pelas seguintes razões:

- I. Possibilita a ampliação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde de forma mais célere e flexível;
- II. Permite a organização integrada das equipes multiprofissionais necessárias à execução das ações de saúde;
- III. Favorece a realização de atendimentos tanto nas unidades fixas da rede municipal quanto em ações itinerantes destinadas a comunidades rurais e ribeirinhas;
- IV. Reduz a complexidade administrativa associada à gestão de múltiplos contratos independentes;
- V. Possibilita a adoção de modelo de medição baseado na produção assistencial efetivamente realizada e nas horas técnicas de mobilização das equipes, conferindo maior transparência e controle à execução contratual.

Assim, a solução selecionada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais em saúde por equipe multidisciplinar, conforme modelo operacional e critérios de medição definidos neste Estudo Técnico Preliminar e a serem detalhados no Termo de Referência da contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando-se metodologia de pesquisa de preços compatível com a natureza técnica e continuada dos serviços assistenciais objeto da contratação.

Para fins de formação da estimativa de custos da contratação, foram consideradas as informações obtidas por meio de pesquisa de preços realizada junto ao mercado, mediante coleta de cotações formais encaminhadas por empresas do setor interessadas na execução do objeto, em resposta ao aviso público de cotação previamente divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde Municipal.

A estimativa do valor da contratação foi construída a partir da consolidação dos valores unitários cotados para cada item que compõe a solução proposta, considerando as unidades de medição estabelecidas para a execução dos serviços, tais como procedimentos assistenciais, turnos de trabalho e horas técnicas de mobilização das equipes profissionais.

Na análise das cotações obtidas foram observados critérios de compatibilidade entre os valores apresentados e as características técnicas do objeto da contratação, considerando o escopo dos serviços, a periodicidade das atividades assistenciais, as unidades de medição previstas e as condições operacionais necessárias à execução das ações de saúde no território municipal.

Sempre que necessário, foram aplicados critérios de depuração para exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, garantindo maior confiabilidade à estimativa de custos elaborada, com registro da metodologia utilizada e da respectiva memória de cálculo nos autos do processo administrativo.

Registra-se, ainda, que não foram identificadas contratações públicas diretamente comparáveis ao objeto pretendido nas bases oficiais consultadas, circunstância já devidamente justificada neste Estudo Técnico Preliminar, razão pela qual a Administração adotou como referência principal as cotações obtidas diretamente junto ao mercado para formação da estimativa de preços.

O valor global estimado da contratação encontra-se devidamente apurado nos autos do processo administrativo, permanecendo sob caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do acesso integral às informações pelos órgãos de controle interno e externo.

13. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde envolve riscos de natureza operacional, assistencial, administrativa e contratual, especialmente em razão da necessidade de mobilização de diferentes categorias

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

profissionais, da execução de atendimentos em múltiplas unidades da rede municipal de saúde e da realização de ações itinerantes em comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso.

Os riscos associados à presente contratação relacionam-se tanto à execução dos procedimentos assistenciais previstos no Grupo 01, quanto à correta contabilização das horas técnicas de mobilização das equipes profissionais previstas no Grupo 02, exigindo a adoção de mecanismos de controle que assegurem regularidade da prestação dos serviços, rastreabilidade da execução contratual e adequada utilização dos recursos públicos.

I. Principais riscos identificados

- a) Indisponibilidade ou ausência de profissionais necessários à composição das equipes assistenciais, podendo comprometer a continuidade dos atendimentos previstos no Grupo 01;
- b) Atraso ou inexecução de procedimentos assistenciais programados, em razão de falhas na organização das escalas de trabalho ou na mobilização das equipes profissionais;
- c) Falhas no registro ou na consolidação da produção assistencial realizada, dificultando o controle administrativo dos procedimentos executados;
- d) Execução de atendimentos ou procedimentos assistenciais em desacordo com os protocolos técnicos aplicáveis ou com os padrões mínimos de qualidade exigidos pela rede municipal de saúde;
- e) Dificuldades operacionais relacionadas à mobilização das equipes para atendimento em comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso, especialmente em razão das condições geográficas e das variações sazonais de navegabilidade;
- f) Inconsistências na medição da execução contratual, particularmente na correta distinção entre a produção assistencial efetivamente realizada (Grupo 01) e as horas técnicas de mobilização das equipes profissionais (Grupo 02).

II. Medidas mitigadoras

Com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados e mitigar seus possíveis impactos na execução contratual, serão adotadas as seguintes medidas de controle e mitigação:

- a) Definição clara, no Termo de Referência, das atividades assistenciais a serem executadas, das categorias profissionais envolvidas e dos padrões mínimos de qualidade exigidos para a prestação dos serviços;
- b) Estabelecimento de requisitos mínimos para composição das equipes profissionais e obrigação de substituição tempestiva de profissionais em caso de ausência, impedimento ou insuficiência de pessoal;
- c) Adoção de critérios objetivos de medição da execução contratual, com base nas unidades de medição definidas neste Estudo Técnico Preliminar, contemplando tanto

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- os procedimentos assistenciais executados (Grupo 01) quanto as horas técnicas de mobilização das equipes profissionais (Grupo 02);
- d) Designação formal de servidores responsáveis pela fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com acompanhamento da produção assistencial realizada e verificação da regularidade dos serviços prestados;
 - e) Exigência de registros e relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pelas equipes profissionais, possibilitando rastreabilidade da produção assistencial e verificação da correta execução das ações itinerantes;
 - f) Previsão de penalidades administrativas proporcionais em caso de atraso, inexecução ou execução inadequada dos serviços contratados.
 - g) Estabelecimento, no Termo de Referência e no instrumento convocatório, de requisitos de qualificação técnica compatíveis com a complexidade do objeto, abrangendo a comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, a demonstração de disponibilidade de profissionais habilitados para composição da equipe multidisciplinar e a comprovação de regularidade junto aos conselhos profissionais competentes, conforme exigido pela legislação específica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

14. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (PCA) E ALINHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração Pública Municipal, constituindo medida necessária à continuidade e à adequada prestação dos serviços públicos de saúde.

Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem guardar compatibilidade com o Plano de Contratações Anual – PCA, instrumento de planejamento destinado a organizar e racionalizar as aquisições e contratações da Administração.

A demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar integra o planejamento das ações administrativas da Secretaria demandante, devendo ser registrada e consolidada no Plano de Contratações Anual do exercício correspondente, conforme os procedimentos de planejamento e governança das contratações adotados pela Secretaria Municipal de Saúde Municipal.

A contratação observará, ainda, a necessária compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando-se a existência de dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da execução contratual.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como finalidade ampliar e qualificar a prestação de serviços de saúde no âmbito da rede municipal, por meio da disponibilização de equipe multidisciplinar

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

apta à execução de procedimentos assistenciais e à realização de ações itinerantes em diferentes localidades do território municipal.

Com a implementação da solução proposta, a Administração Municipal pretende alcançar os seguintes resultados institucionais e assistenciais:

- I. Ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, especialmente em comunidades rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso, reduzindo barreiras geográficas e logísticas ao atendimento;
- II. Fortalecimento da capacidade operacional da rede municipal de saúde, mediante a disponibilização de profissionais qualificados para execução de procedimentos assistenciais e apoio técnico às unidades de atendimento;
- III. Redução da demanda reprimida por atendimentos e procedimentos assistenciais, contribuindo para maior resolutividade das ações de saúde no âmbito do município;
- IV. Melhoria da qualidade e da continuidade dos serviços prestados à população, por meio da atuação de equipes profissionais organizadas e com atribuições definidas;
- V. Aumento da eficiência administrativa na organização das ações de saúde, permitindo planejamento mais adequado da oferta de atendimentos e melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis;
- VI. Fortalecimento das ações de atenção à saúde no território municipal, mediante execução de atividades assistenciais em regime itinerante e integração das equipes profissionais com a rede de serviços existente;
- VII. Melhoria dos mecanismos de controle e fiscalização da execução dos serviços, por meio da definição de critérios objetivos de medição e comprovação das atividades realizadas.

16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato administrativo decorrente do presente Estudo Técnico Preliminar, a Administração deverá adotar as medidas administrativas e operacionais necessárias para assegurar a adequada implantação da solução proposta e o regular início da execução contratual.

Nesse contexto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- I. Elaboração e aprovação do Termo de Referência, com definição detalhada do objeto da contratação, das atividades assistenciais a serem executadas, das unidades de medição, dos critérios de execução, fiscalização, medição e pagamento, em consonância com as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar;
- II. Definição, no Termo de Referência e no instrumento convocatório, dos requisitos de qualificação técnica compatíveis com a complexidade do objeto da contratação, contemplando, entre outros:
 - a) Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- experiência compatível com a natureza, complexidade operacional e relevância dos serviços assistenciais objeto da contratação;
- b) Comprovação da regularidade da pessoa jurídica perante os conselhos profissionais competentes, quando exigido pela legislação que regulamenta o exercício das profissões da área da saúde, nos termos da lei nº 6.839/1980;
 - c) Comprovação da regularidade profissional dos integrantes da equipe multidisciplinar, mediante apresentação de registro ativo nos respectivos conselhos de classe, observada a legislação específica que disciplina o exercício das profissões da área da saúde;
 - d) Comprovação da disponibilidade de profissionais habilitados para composição da equipe multidisciplinar, com formação e qualificação compatíveis com as atividades assistenciais previstas;
 - e) Comprovação da regularidade sanitária da empresa prestadora de serviços de saúde, mediante apresentação de alvará sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente;
 - f) Comprovação de cadastro ativo no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde – cnes, conforme normas do ministério da saúde aplicáveis aos estabelecimentos prestadores de serviços assistenciais;
 - g) Demonstração de estrutura técnico-operacional compatível com a execução das atividades assistenciais, incluindo capacidade administrativa, logística e operacional para mobilização das equipes multidisciplinares;
 - h) Comprovação de adoção de sistema estruturado de gestão da qualidade, preferencialmente certificado conforme a norma iso 9001 ou equivalente, como mecanismo de padronização de processos, rastreabilidade das atividades e melhoria contínua da qualidade dos serviços assistenciais.
- III. Verificação da compatibilidade orçamentária e financeira da contratação, com indicação da respectiva dotação orçamentária e observância dos instrumentos de planejamento orçamentário aplicáveis;
- IV. Designação formal de gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a segregação de funções e a adequada capacidade técnica dos agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual;
- V. Organização das rotinas administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente quanto à definição dos fluxos de solicitação de serviços, programação das ações itinerantes e validação da produção assistencial realizada;
- VI. Identificação e organização das unidades de saúde, comunidades e localidades que integrarão a programação dos atendimentos, permitindo o adequado planejamento da atuação das equipes multidisciplinares e a mobilização eficiente dos profissionais envolvidos;
- VII. Definição dos procedimentos administrativos de controle, registro e comprovação da execução dos serviços, incluindo instrumentos de acompanhamento da produção assistencial e critérios objetivos para validação das atividades executadas.

As providências acima descritas têm por finalidade assegurar a adequada preparação administrativa da contratação, possibilitando o início regular da execução contratual, o



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

acompanhamento eficiente dos serviços prestados e a mitigação de riscos operacionais, assistenciais e administrativos associados à execução do objeto.

17. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços assistenciais de saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar, cuja execução exige regularidade profissional, estrutura técnica compatível e observância da legislação sanitária, a Administração optou por estabelecer requisitos rigorosos de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Tais exigências possuem caráter habilitatório, destinando-se exclusivamente a verificar a capacidade técnica mínima das empresas para execução segura e adequada dos serviços.

Uma vez demonstrada a capacidade técnica das licitantes, o critério de julgamento adotado será o menor valor global, por se tratar de serviços com escopo técnico previamente definido no Termo de Referência e cujos padrões de execução encontram-se objetivamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, não se verifica necessidade de adoção do critério de julgamento por técnica e preço previsto no art. 36 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a qualidade técnica da proposta não será objeto de pontuação, mas sim condição mínima de habilitação.

Nesse contexto, a futura contratação deverá exigir que as empresas participantes:

- a) Possuam registro regular nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional, conforme disposto na Lei nº 6.839/1980, quando a atividade exercida estiver sujeita à fiscalização profissional;
- b) Comproven a regularidade profissional dos integrantes da equipe assistencial, mediante registro nos respectivos conselhos de classe;
- c) Demonstrem possuir estrutura técnico-operacional compatível com a execução das atividades assistenciais, incluindo coordenação técnica, gestão administrativa e logística necessária à mobilização das equipes.
- d) Demonstrem regularidade sanitária e operacional para prestação de serviços assistenciais em saúde, mediante comprovação de licenciamento sanitário válido perante a autoridade competente e cadastro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável, conforme normas do Ministério da Saúde.

Tais exigências mostram-se necessárias para garantir que a execução dos serviços ocorra em conformidade com a legislação que regula o exercício das profissões da área da saúde, destacando-se, entre outras:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Lei nº 3.268/1957 – exercício da medicina
- Lei nº 7.498/1986 – exercício da enfermagem
- Lei nº 5.081/1966 – exercício da odontologia
- Lei nº 3.820/1960 – exercício da farmácia
- Lei nº 6.839/1980 – registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

Além disso, considerando a necessidade de padronização de processos assistenciais, rastreabilidade das atividades executadas e controle de qualidade na prestação dos serviços de saúde, avaliou-se como recomendável que a empresa contratada possua sistema estruturado de gestão da qualidade.

Nesse sentido, verificou-se que empresas que adotam sistemas de gestão da qualidade certificados, tais como os baseados na norma ISO 9001, apresentam maior capacidade de organização administrativa, controle de processos, monitoramento de desempenho e melhoria contínua dos serviços prestados.

A adoção de sistema de gestão da qualidade contribui para:

- a) Padronização de protocolos assistenciais;
- b) Melhoria da gestão operacional das equipes;
- c) Rastreabilidade das atividades realizadas;
- d) Redução de falhas operacionais;
- e) Maior confiabilidade na execução contratual.

Dessa forma, a Administração entende pertinente que a empresa contratada possua sistema estruturado de gestão da qualidade, preferencialmente certificado conforme a norma ISO 9001 ou equivalente, como mecanismo de padronização de processos assistenciais, rastreabilidade das atividades e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá/AC, existem contratações administrativas vigentes ou em fase de implementação relacionadas à prestação de serviços especializados em saúde, tais como:

- a) Atendimento por equipe multidisciplinar voltada ao acompanhamento de pacientes com transtorno do espectro autista – TEA;
- b) Consultas médicas especializadas;
- c) Exames de otorrinolaringologia e serviços de fonoaudiologia;
- d) Exames oftalmológicos;
- e) Realização de exames médicos especializados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tais contratações encontram-se devidamente formalizadas em instrumentos próprios, conforme documentação técnica constante dos autos, possuindo escopos específicos e voltados a demandas assistenciais distintas dentro da rede municipal de saúde.

Não obstante a coexistência dessas contratações, não se verifica interdependência técnica direta ou obrigatória entre os objetos, uma vez que cada ajuste possui finalidade própria, metodologia de execução específica e estrutura contratual autônoma.

A contratação ora proposta destina-se a atender necessidades assistenciais específicas da Administração Pública Municipal, sem substituição ou sobreposição direta das contratações existentes, funcionando de forma complementar à rede municipal de serviços de saúde, com vistas à ampliação da capacidade de atendimento à população.

Registra-se, portanto, que a execução do futuro contrato deverá ocorrer de forma articulada com as unidades de saúde e com os serviços já existentes, preservando-se, contudo, a autonomia de cada instrumento contratual, bem como as responsabilidades individualizadas de gestão e fiscalização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação pretendida refere-se à prestação de serviços assistenciais especializados na área da saúde, executados por equipe técnica multidisciplinar, possuindo natureza predominantemente técnica e assistencial, não se caracterizando, em regra, como atividade geradora de impactos ambientais diretos significativos.

Entretanto, reconhece-se que a execução de serviços de saúde pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados à utilização de materiais e insumos médicos, bem como à eventual geração de resíduos decorrentes de procedimentos assistenciais.

Nesse contexto, destacam-se como potenciais impactos indiretos:

- I. Geração de resíduos de serviços de saúde decorrentes da realização de exames e procedimentos assistenciais;
- II. Utilização de materiais descartáveis e insumos médicos necessários à execução dos serviços;
- III. Deslocamento de profissionais e equipes técnicas para atendimento nas unidades de saúde ou locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Como medidas mitigadoras e de controle ambiental, deverão ser observadas, quando aplicáveis:

- I. A correta segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas sanitárias e ambientais vigentes;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- II. A adoção de práticas de planejamento operacional que reduzam deslocamentos desnecessários, mediante organização prévia das agendas de atendimento e racionalização das rotas de deslocamento das equipes;
- III. A observância, pela contratada, das normas ambientais, sanitárias e de biossegurança aplicáveis às atividades de assistência à saúde;
- IV. A adoção, pela contratada, de procedimentos internos de boas práticas aplicáveis à prestação de serviços assistenciais em saúde, contemplando, quando cabível, protocolos de biossegurança, manejo e destinação de resíduos de serviços de saúde, higienização de equipamentos e controle de qualidade dos procedimentos executados, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

Ressalta-se que as medidas ambientais exigidas deverão guardar proporcionalidade com o objeto da contratação, não podendo resultar em exigências excessivas ou restritivas à competitividade do certame, em observância aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

20. CONCLUSÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Diante das análises técnicas, administrativas, operacionais, econômicas e de mercado realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços assistenciais especializados em saúde, por meio de equipe técnica multidisciplinar, mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público.

As avaliações realizadas demonstraram que a Administração Pública Municipal não dispõe, atualmente, de estrutura própria, recursos humanos especializados ou capacidade operacional suficiente para executar diretamente os serviços pretendidos em escala compatível com as demandas da população, circunstância que justifica a adoção da contratação de terceiros como solução administrativa legítima e eficiente.

Verificou-se, ainda, que a solução proposta apresenta viabilidade técnica e econômica, sendo capaz de ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal de saúde, reduzir filas de espera, promover maior resolutividade assistencial e assegurar melhores condições de acesso da população aos serviços especializados.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as exigências previstas no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, contemplando a identificação da necessidade da contratação, a análise de mercado, a estimativa de custos, a avaliação de riscos, a verificação de impactos ambientais, bem como os demais elementos necessários ao adequado planejamento da contratação pública.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento da fase preparatória do processo administrativo, com a elaboração do correspondente Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, observados os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade e da boa governança pública.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Registra-se, por fim, que o presente Estudo Técnico Preliminar constitui instrumento de planejamento da contratação pública, não se exigindo, nesta fase, manifestação jurídica prévia, a qual deverá ocorrer oportunamente no curso da fase preparatória, nos termos da legislação aplicável.

Tarauacá/AC, 05 de março de 2026.

Elaborado por:

Aprovado por:

Gleisson de Araújo Feitosa
Diretor Administrativo Sec. Saúde
Portaria n 1359/2025

Francisco Romário de Oliveira Costa
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 086/2025

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 1185/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Contratação, sob demanda, de empresa especializada na Prestação de Serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde, composta por profissionais de diversas especialidades, destinados ao atendimento da população do Município de Tarauacá/C, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90008/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

3.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

3.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

3.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

3.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

3.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

3.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

3.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

3.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

3.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

3.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

3.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

3.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (se exigida no edital)	<i>Modelo</i> (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (se exigida no edital)	<i>Modelo</i> (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº /2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/2026**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico] OU [Concorrência]** nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços médicos terceirizados e de serviços assistenciais em saúde mediante disponibilização de equipe multidisciplinar em saúde, composta por profissionais de diversas especialidades, destinados ao atendimento da população do Município de Tarauacá/C, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

7.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, utilizando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.3. O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I_1}{I_0} - 1 \right)$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual vigente;

I₁ = índice IPCA referente ao mês do reajuste;

I₀ = índice IPCA referente ao mês base (data do orçamento estimado).

7.4. O reajuste será aplicado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de ~~XXXXXXX~~, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de ~~XXXXXX~~;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

12.4. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

12.5. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

12.6. *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

12.7. *O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:*

12.7.1. *Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

12.7.2. *Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

12.7.3. *Das indenizações e multas.*

12.8. *A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.*

12.9. *O CONTRATANTE poderá ainda:*

12.9.1. *nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e*

12.9.2. *nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.*

12.10. *O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. *Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-